

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL  
PPGPSI**

**TATIANA VIEIRA OLIVEIRA**

**PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL GRAVE EM INSTITUIÇÕES  
CARCERÁREAS: UMA REALIDADE DENEGADA? – DE QUE FORMA  
PODE A PSICANÁLISE CONTRIBUIR?**

**VITÓRIA  
2015**

TATIANA VIEIRA OLIVEIRA

**PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL GRAVE EM INSTITUIÇÕES  
CARCERÁREAS: UMA REALIDADE DENEGADA? – DE QUE FORMA  
PODE A PSICANÁLISE CONTRIBUIR?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional na área de Subjetividade e Clínica.  
Orientadora: Prof. Dra. Renata Costa-Moura Dzu

VITÓRIA  
2015

A violência tem todas as chances de levar ao esgotamento, ao talião, ao estouro ou às exclusões, exceto se instalarmos um dispositivo para passar a passagem ao ato como um “dizer em ato”, cujo sentido e origem devem ser buscados pelo sujeito: da passagem ao ato à fala, à simbolização.

(Pierre Krammerer)

À Espera dos Bárbaros  
(Konstantinos Kaváfis)

O que esperamos na ágora reunidos?

É que os bárbaros chegam hoje.

Por que tanta apatia no senado?  
Os senadores não legislam mais?

É que os bárbaros chegam hoje.  
Que leis hão de fazer os senadores?  
Os bárbaros que chegam as farão.

Por que o imperador se ergueu tão cedo  
e de coroa solene se assentou  
em seu trono, à porta magna da cidade?

É que os bárbaros chegam hoje.  
O nosso imperador conta saudar  
o chefe deles. Tem pronto para dar-lhe  
um pergaminho no qual estão escritos  
muitos nomes e títulos.

Por que hoje os dois cônsules e os pretores  
usam togas de púrpura, bordadas,  
e pulseiras com grandes ametistas  
e anéis com tais brilhantes e esmeraldas?  
Por que hoje empunham bastões tão preciosos  
de ouro e prata finamente cravejados?

É que os bárbaros chegam hoje,  
tais coisas os deslumbram.

Por que não vêm os dignos oradores  
derramar o seu verbo como sempre?

É que os bárbaros chegam hoje  
e aborrecem arengas, eloquências.

Por que subitamente esta inquietude?  
(Que seriedade nas fisionomias!)  
Por que tão rápido as ruas se esvaziavam  
e todos voltam para casa preocupados?

Porque é já noite, os bárbaros não vêm  
e gente recém-chegada das fronteiras  
diz que não há mais bárbaros.

Sem bárbaros o que será de nós?  
Ah! eles eram uma solução.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a um motoqueiro que me proporcionou ter feito a prova de seleção. Embora ele não vá ter acesso a essa dissertação, fico satisfeita em poder tornar público o grande feito desse homem. Na ocasião, fui impedida de atravessar uma ponte devido a um acidente e foi ele quem me deu carona e me levou até a UFES.

Agradeço a minha mãe que com suas falhas e suas faltas pode me transmitir o desejo que uma parte dele se materializa nessa dissertação. Seria redundância agradecer pelo seu amor. Ao meu pai que ao me dizer aos 7 anos que eu precisaria melhorar minha letra, proporcionou-me um dilaceramento e um olhar de aposta. É nessa tentativa, na construção da letra, que se baseia todo o meu investimento pessoal e profissional. A minha irmã, que com sua parceria, entrega, cuidado, amor e dedicação me proporcionou alçar voos longínquos. A minha Avó Amélia por me segurar no colo tantas vezes, por existir e resistir. Ao meu Avô Dilo que me perguntava todos os dias se eu já tinha estudado, pelo seu amor a nós.

A minha orientadora Renata Costa-Moura por sua generosidade, aposta e rigor. Sem ela nada disso seria possível.

Ao meu analista Antônio Carlos das Neves que me pontua, transmite e limita. Agradeço o seu ouvido atento, ao abraço forte quando necessário e as expulsões do divã. A Ludmila Barreto Andolphi por sua permanente inconstância, pelos almoços, tardes de discussões inteligentes e provocadoras, por sua aposta e admiração, pelo seu amor e por sua amizade. A Lívia Francez por seus ensinamentos e sabedoria. Ao seu amor distante e tão presente.

À Beija-flor e Rouxinol por me proporcionarem tanto aprendizado.

A Fernanda Nali Papel pelo empenho e carinho com a revisão do trabalho.

Ao grupo de analistas: Angela C. Cassol, Andressa De Prá, Alice Marques, Graça Daher, Pedro Braga e Paulo Cesar Carletti pela parceria e interlocução no campo de saber da psicanálise.

## RESUMO

A pesquisa tem como enfoque explorar as possibilidades da psicanálise contribuir para compreensão e cuidado da saúde mental de mulheres presas com diagnóstico estrutural de psicose em um presídio. O trabalho é resultado de dois anos do “A lógica do crime nas mulheres”, que escutou aproximadamente doze mulheres diagnosticadas com transtorno mental grave em um grupo terapêutico realizado no presídio de *Bubu*, na cidade de Cariacica-ES. A pesquisa teve como questões norteadoras os sujeitos presos em sofrimento psíquico grave nas instituições totais prisionais comuns, que se tornam números fantasmas na estatística jurídica, o que nos faz pensar em uma denegação desse público nas instituições prisionais. Em torno disso, procuramos responder as seguintes questões: (1) como um psicanalista pode acolher essas pessoas, isso é possível? (2) Se um psicanalista vem a acolher um preso psicótico dentro dos muros da prisão, como os princípios da psicanálise poderá contribuir? (3) Seria possível pensar na operação clínica de construção de meios de bordejar um certo transbordamento de gozo próprio das psicoses? (4) É pertinente, nesse contexto, lançar mão dessa operação analítica, de forma a incidir sobre o imperativo da violência voltado ao próprio preso, ao ponto dele poder prescindir os muros da prisão? (5) De que forma a psicanálise pode contribuir para pensar a relevância do novo ordenamento político, a saber, uma política que aposta nos laços sociais e portanto em uma reintegração social da pessoa como prevista na lei. A pesquisa revela a importância da articulação das novas políticas públicas, com o direito e a psicanálise no atendimento desse público, uma vez que há denegações em vários âmbitos quando se trata de pessoas encarceradas, sobretudo, quando se encontram em sofrimento psíquico.

**Palavras-chave:** psicose; laço social; direito e psicanálise.

## ABSTRACT

The research has its focus on exploring the possibilities for psychoanalysis to contribute to mental health care and comprehension of psychosis as structural diagnosis to women in prison. The work is the result of two years after "Criminal logic for women", which approached about a dozen women diagnosed with severe mental disorder in a therapeutic group held in Bubu prison, in the city of Cariacica-ES. The research had as its guiding questions the prisoners submitted to serious psychological distress in the total common prison institutions, as they become phantom numbers in the legal statistics, which makes us think of a denial of that public in prisons. Considering that, we try to answer the following questions: (1) how can a psychoanalyst accommodate these people, is that possible? (2) If a psychoanalyst gets to support a psychotic patient prisoner, can the principles of psychoanalysis contribute? (3) Would it be possible to think in clinical operation of construction means to tack some overflowed enjoyment of psychoses? (4) Is it appropriate, in this context, to make use of the analytical operation in order to focus on the imperative of violence turned to the prisoner herself, to the point she could do it without the prison walls? (5) How can psychoanalysis help to think about the relevance of a new political order, a policy that invests in social ties and, therefore, in a social reintegration of the person as required by law? The research reveals the importance of articulation of the new public policies, with legal support and psychoanalysis as attending services to this public, since there are denials in several areas when it comes to prisoners, especially when they are in psychological distress.

**Keywords:** psychosis; social bond; law and psychoanalysis.



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1: A PRISÃO E SUA FUNÇÃO PROVISÓRIA .....</b>	<b>18</b>
1.1 HISTÓRICO PRISIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO .....	18
1.2 “O DEPÓSITO DAS LIBERDADES” .....	20
1.3 RESPONSABILIZAÇÃO, RESPONSABILIDADE E RESPOSTA:.....	29
1.4 BUBU .....	33
1.4.1 A arquitetura .....	40
1.4.2 Os passáros.....	44
1.4.4 Portaria 94 de 14 de janeiro de 2014 .....	54
1.5 A POLÍTICA DE DROGAS ADOTADA NO BRASIL .....	56
<b>CAPÍTULO 2: A PSICANÁLISE E SUAS CONTRIBUIÇÕES .....</b>	<b>59</b>
2.1 TOTEM E TABU E A ORIGEM DA PENA .....	59
2.2 A INSTÂNCIA DO SUPEREU, PSICOSE E A NECESSIDADE DE CASTIGO .....	63
2.3 SACRIFÍCIOS E SUA FACETA PUNITIVA NA CONTEMPORANEIDADE.....	74
2.4 OS LAÇOS SOCIAIS E A PSICOSE, SOBRE DENTRO E FORA .....	78
<b>CAPÍTULO 3: PSICANÁLISE E DIREITO .....</b>	<b>84</b>
3.1 HÁ VERDADE? .....	90
3.2 AS LEIS.....	95
3.3 PAI –PJ, PAI-PAC E A LEI .....	97
3.4 RESPONSABILIZAÇÃO EM PSICANÁLISE: ONDE ESTÁ O SUJEITO? .....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>107</b>

## APRESENTAÇÃO

Essa dissertação é resultado de uma pesquisa de campo envolvendo pessoas com sofrimento psíquico dentro dos muros de uma prisão e articula-se ao referencial teórico da psicanálise na tentativa de escandir as possíveis contribuições desse campo de saber em situações práticas. O trabalho teve como motivação o percurso realizado pela pesquisadora desde o início da graduação de psicologia, além da transmissão da psicanálise via experiência analítica pessoal e via escola de psicanálise.

No que se refere a imersão na área “psi” e em diversos campos em atendimentos a pessoas diagnosticadas com transtorno mental grave (psicose), a primeira experiência dessa pesquisadora foi em campo de estágio obrigatório da faculdade em ambulatórios do município de Vitória onde desenvolvia e executava oficinas terapêuticas. Logo depois houve a oportunidade de vivenciar a *Clinica de La Borde* na França, onde atuava como monitora de ateliês (equivalentes às oficinas terapêuticas no Brasil), realizando diversas atividades com psicóticos à luz da teoria da psicoterapia institucional, não sem a influência da psicanálise e a experiência de atuar na coordenação de saúde mental do município de Serra, sobretudo, dando suporte técnico aos CAPS (Centros de Atenção Psicossociais). Soma-se a isso a experiência na rede socioassistencial, mais precisamente no Centro de Referência de Atendimento à população de Rua, onde não raramente havia assistidos em sofrimento psíquico grave.

Quando convidada para compor o grupo de analistas que atuariam dentro do Presídio Feminino de Bubu em Cariacica, não era de conhecimento a existência desse público na unidade de detenção. Contudo, a posterior identificação de um número considerável desse público desencadeou a construção de um grupo intitulado terapêutico. O trabalho dentro do presídio se configurou como uma oficina terapêutica cujo critério de participação era o diagnóstico de Transtorno Mental Grave (psicose) e as presas que tinham esse diagnóstico eram encaminhadas pelos analistas que as atendiam individualmente.

O que permaneceu como questão em todo o trajeto desde a graduação e a prática com pessoas com transtorno mental grave foi justamente quais eram as possibilidades, a partir da ética da psicanálise, de proporcionar ao sujeito viver com menos sofrimento pelo não laço-social que sua estrutura impõe. Essa dificuldade própria da estrutura psicótica não pode ser entendida como inerente ao processo social de institucionalização da loucura, portanto foi impossível falar apenas do sujeito e do seu modo de estar no mundo sob ótica da clínica psicanalítica, mas urgiu refletir também em como a invenção da loucura foi se instalando no tecido social e corroborando com a dificuldade que a loucura tem de estabelecer laços.

Desse modo, iniciamos uma pesquisa acerca das psicoses e das instituições que supostamente foram construídas para receber pessoas com esse diagnóstico e deparamo-nos com uma questão: se o encarceramento em massa que acontece no Brasil nos dias atuais, visto que somos o terceiro país que mais prende no mundo, contempla um número significativo de pessoas com transtorno mental grave, o que isso quer nos dizer?

O período da grande internação e a necessidade que uma sociedade tem de demonizar um objeto, um grupo populacional, na maioria das vezes o diferente, para sentir-se coeso e seguro, auxilia-nos nesse pensamento. Machado de Assis, em sua novela *O alienista* (ASSIS, 1882), contempla uma crítica sutil a suposta onipotência da ciência e seu “inefável dom de curar todas as mágoas”, na pele de um personagem médico que, sob alegação de insanidade ou qualquer outro desvio, colocou todos os moradores da vila de Itaguaí em uma Casa verde até uma superlotação do estabelecimento. Além disso, foi notório para o médico em dado momento, que algo de estranho estava acontecendo, uma vez que apenas ele permanecera fora da Casa. A anedota criada por Machado de Assis sobre o enclausuramento em massa mostra um reflexo do que ainda permanece nos dias atuais, a despeito - ou justo pela existência - de tantas leis e portarias a favor da garantia dos direitos de pessoas com algum tipo de comprometimento psíquico, fruto de avanços teóricos e lutas de movimentos sociais.

Alguns restos permanecem em forma de questões e nos levam a essa pesquisa com o intuito de destrinchar as possibilidades que a psicanálise permite ao sujeito que se encontra aprisionado subjetivamente em uma cadeia significativa<sup>1</sup> ou, como no caso do público a que essa pesquisa se dirige - que se encontra completamente despreendido dessa cadeia - de ter alguma margem de liberdade sem ser necessário apelar para a cadeia de concreto pautada no pensamento vigente de exclusão. Mas quando o sujeito já está “encadeado” na cadeia concreta, no presídio, o que pode a psicanálise?

Na experiência vivida no presídio, lugar onde não deveria comparecer a loucura ou pelo menos a loucura instituída, foram encontradas presas psicóticas julgadas comumente a despeito da lei expressa no código penal que ordena que esse público seja submetido a uma medida de segurança que visa ao tratamento em estabelecimento propício. Esse tratamento, porém, não ocorre na prática, o que será problematizado na dissertação. Estava lá alguma porcentagem delas sendo julgadas sem possibilidade de uma escuta atenta e diferenciada. Na prisão comum, o que identificávamos como um delírio psicótico era considerado pela equipe técnica do presídio como desobediência e, portanto, com a necessidade de castigo e isolamento sem a consideração de todas as limitações e expansões particulares do sujeito, tampouco a realização de um diagnóstico diferenciado: neurose-psicose. Por vezes, em reuniões institucionais com a equipe médica responsável pelas pessoas presas, deparávamo-nos com diagnósticos de transtorno generalizado de ansiedade, enquanto o que havia ali, de acordo com os resultados de atendimentos sistemáticos às presas, era uma estrutura psicótica.

As questões que nos interpelam passam pela necessidade de compreender quais os benefícios dessa diferenciação. Sabendo que há necessidade da realização do diagnóstico diferencial, como isso incide na reordenação de medidas judiciais e nas políticas públicas que versam sobre o acompanhamento dessa pessoa?

---

<sup>1</sup> Cadeia significativa para a psicanálise é o conjunto de signos herdados pela história que antecede o sujeito e que é atribuído pelo sujeito algum sentido. Lacan, fala que o inconsciente é o que um significante representa algo para outro significante. Seria o deslizamento significativo.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa será norteadada pelo corpo teórico da psicanálise em Freud e Lacan. Além disso, o pensamento de Foucault também será uma importante baliza filosófica. Inicialmente tivemos como indagação central: o que pode a psicanálise aportar ao debate e às ações de políticas públicas necessárias ao enfrentamento da realidade de pessoas com transtorno mental grave dentro das instituições carcerárias? Quando chegamos ao campo de pesquisa, o fato de encontrar psicóticas justamente onde a princípio não deveria existir motivou-nos ainda mais a desenvolver esse trabalho. Isso aconteceu há cerca de dois (dois) anos em um projeto de atendimento às presas da penitenciária Feminina de Bubu, situada no município de Cariacica-ES.

Desenvolvemos no presídio um trabalho de escuta realizando grupos de oficinas com as presas que eram encaminhadas pelos analistas, que faziam os atendimentos individuais. O critério para encaminhamento era um possível diagnóstico estrutural de psicose. Ao perceber que havia demanda desse público para atendimento, a questão que surgiu foi justamente o porquê de pessoas com transtorno mental grave serem julgadas comumente e, portanto inseridas em uma penitenciária comum. O que nos interessa nessa pesquisa ultrapassa a importância quantitativa que se desdobra em estatísticas, mas sim o dado qualitativo que pode nos apontar um furo no aparato judiciário, trazendo algumas questões acerca do lugar lógico que a cadeia ocupa na contemporaneidade. Remontando a história das exclusões e das penalizações, deparamo-nos com as “*letres de cachet*”<sup>2</sup>, que foram se reatualizando em vários estabelecimentos que se instituíram como lugares de excelências da exclusão, como os manicômios, os campos de concentração nazistas, os Gulags<sup>3</sup>, entre outros espaços

---

<sup>2</sup> Eram cartas enviadas ao Rei solicitando o aprisionamento de pessoas que provocavam alguma desordem social (bêbados, desempregados, vadios, etc.). Foucault destrincha sobre as “*letres de cachet*” em verdades e formas jurídicas.

<sup>3</sup> Gulags, que em português pode ser traduzido por *Administração Geral dos Campos de Trabalho Correccional e Colônias*, era um sistema de campos de trabalhos forçados para criminosos, presos políticos e qualquer cidadão em geral que se opusesse ao regime da União Soviética (todavia, a grande maioria era de presos políticos; no campo Gulag de Kengir, em junho de 1954, existiam 650 presos

que por excelência foram destinados a exclusão, aprisionamento e punição dos “homens infâmes”<sup>4</sup>.

O termo denegação, utilizado no título dessa pesquisa, refere-se a uma recusa do sujeito - algo visto e ao mesmo tempo não visto. Utiliza-se o termo desmentido por Freud, e que vai operar na constituição do sujeito na denegação da castração. Freud utiliza o termo denegação para se referir à resistência do sujeito em admitir a diferença dos sexos, produzindo o subterfúgio do fetiche no lugar de admitir a falta, no caso da estrutura perversa. No âmbito jurídico trata-se de algo indeferido ou não admitido. Podemos supor uma denegação ao público cujo essa pesquisa irá se debruçar?

Como veremos no decorrer da pesquisa, a loucura tem sua entrada no âmbito jurídico por meio do enquadre da medicina, atribuído àqueles sem a suposta razão um transtorno mental, sugerindo a necessidade de um tratamento diferenciado do agora paciente. Atendendo a esse novo enquadre o *Código Penal*, no título da inimputabilidade penal, afirma que é isento de pena todas as pessoas que “por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato” (CÓDIGO PENAL, 1940). A Lei de Execução Penal, em consonância com o artigo 26 do *Código Penal* (1940) citado, destina o hospital de custódia e Tratamento Psiquiátrico aos inimputáveis e semi-imputáveis que, portanto, necessitam de cuidados em saúde mental. Sendo assim, como explicar a existência de pessoas com transtornos mentais graves reclusas em presídios comuns?

Diante das indagações que surgiram em nossa experiência de trabalho no presídio e de tantas questões relevantes para o campo, decidimos abordar, inicialmente, o contexto histórico deste problema para em seguida situar nossa experiência e extrair dela sua

---

comuns e 5200 presos políticos). Antes da Revolução, o Gulag chamava-se *Katorga*, e aplicava exatamente a mesma coisa: pena privativa de liberdade, pena de trabalhos forçados e pena de morte.

<sup>4</sup> Termo cunhado no texto de “A vida dos Homens Infâmes” que designava às pessoas que de algum modo fugiam das normas estabelecidas e eram considerados apartados da sociedade: bebados, vadios, pessoas que cometera algum delito, pessoas sem residências, etc.

orientação ética em termos do corpo teórico psicanalítico. Assim, interessaram-nos algumas questões históricas acerca da relação da sociedade contemporânea com a loucura, ou seja: que lugar a sociedade concede à loucura e que respostas as políticas públicas brasileiras atuais lhe reservam, sobretudo quando o problema diz respeito à associação da loucura com o crime? Quais recursos dispomos hoje para lidar com pessoas que sofrem de transtorno mental grave e cometem crimes? Os manicômios judiciários, hospitais judiciários e as prisões estão a serviço do quê quando são utilizados para lidar com a psicose? Há espaço pra a psicanálise atuar nestas instituições? Há interlocução possível entre o direito e a psicanálise?

Reformulando a trajetória que nos pareceu necessário percorrer diante as indagações que surgiram ao longo da experiência de trabalho no presídio de Bubu, consideramos que o percurso devia iniciar-se pela retomada histórica das instituições prisionais a partir do que nos aponta Foucault, além de um breve histórico do sistema prisional do Espírito Santo. Portanto, no primeiro capítulo desse trabalho, procuramos discutir questões tais: como se estabeleceu o aparelho “presídio” e como historicamente se deu sua instituição? De que forma a sociedade recebeu o presídio como modelo para “ressocializar” as pessoas? Como isso se desenvolveu até o quadro atual no Brasil? De forma sucinta, como podemos descrevê-lo nos dias correntes, segundo os termos foucaultianos de “sociedade punitiva” e do “populismo penal”? O que a literatura da psicanálise acrescenta acerca desta história? Ainda nesse capítulo, procuramos também relatar um pouco do que foi vivenciado dentro do presídio de Bubu, explorando os pormenores da experiência por meio de fragmentos de relatos de dois casos. Sem a pretensão de fazer um desenho clínico dos casos, o que se pretendeu foi uma ilustração dos encontros e as possibilidades de enlaçamentos que aconteciam ali.

O segundo capítulo é dedicado às novas possibilidades políticas no âmbito prisional para o público estudado e sua possível interlocução com a ética da psicanálise, além de pontuar possíveis contribuições para compreendermos o surgimento da punição e dos castigos hoje devidamente institucionalizados. A partir de apontamentos feitos na

cerimônia de qualificação desta dissertação pelo Dr. Paulo Vidal, procuramos aprofundar a definição de psicose e suas nuances diagnósticas, assim como o enodamento da psicose com o objeto droga. A clínica da psicanálise também foi abordada nesse capítulo na tentativa de estabelecer uma articulação teórica com os casos relatados e com o aparato institucional.

O terceiro capítulo contempla o direito e seus dispositivos. Procurou-se averiguar como os juristas modernos pensaram o direito como fiador da ordem e do bem estar social, em contrapartida com a ética da psicanálise e a aporia do bem para o outro e para todos, como conceito universal. O conceito de responsabilidade foi um fio condutor da pesquisa e buscamos analisar suas distinções no campo do direito e da psicanálise. Outro ponto chave desse capítulo concentra-se na questão da verdade tanto para a psicanálise quanto para o direito, e o que implica essa busca para os dois campos de saber, sobretudo quando tratamos de pessoas em sofrimento psíquico no acometimento de um ato considerado crime.

Tivemos como objetivo realizar o cotejo entre as contribuições teóricas e as experiências vividas dentro do presídio junto às detentas e junto à instituição, além de articular a questão do aprisionamento de pessoas diagnosticadas psicóticas com a clínica psicanalítica. Em decorrência disso, uma reflexão acerca da punição tornou-se pungente, sobretudo no que diz respeito à distinção entre função da pena e medida de segurança para o sujeito psicótico, desencadeando também na distinção das nomenclaturas medida e punição. Consideramos igualmente relevante pensar de que forma o diagnóstico diferencial na conduta da pessoa aprisionada é possível de ser extraído.

A presença de psicóticos nos presídios trata-se de uma realidade pouco discutida, portanto, para dar luz à questão pretendemos discutir a configuração atual da política pública destinada a esta parcela da população, assim como verificar de que forma a saúde se introduz nas instituições carcerárias e em que termos é proposta uma revisão



sobre os estabelecimentos que teriam competência para cuidar das pessoas psicóticas em conflito com a lei. Veremos que quando a perícia não discerne a presença de psicose no momento da comissão do ato, após detidas, ao desencadear uma eventual crise dentro do presídio e ao perceber uma diferença entre as outras presas a política vigente prevê a realização do diagnóstico e acompanhamento pelas equipes de saúde. Essa conduta é o suficiente?

O mote da questão consistiu então em pensar de que forma a pesquisa poderia contribuir para o levantamento qualitativo desses casos expressivos de psicóticos dentro das prisões, verificando que se trata de dados invisíveis. E, mais especificamente, como um psicanalista pode acolher essas pessoas? Isso é possível? Quando um psicanalista vem a acolher um psicótico dentro dos muros da prisão, como a psicanálise pode contribuir? Seria possível pensar na operação clínica de construção de meios de bordejar certo transbordamento de gozo próprio das psicoses? Faria sentido pensar nesta operação analítica neste contexto, de forma a incidir o imperativo da violência voltado para o próprio preso, ao ponto de ele poder prescindir dos muros da prisão? De que forma a psicanálise pode contribuir para pensar a relevância do novo ordenamento político, a saber, uma política que aposta nos laços sociais e portanto em uma reintegração social da pessoa, como prevista na Lei 10.216/2001? Outra importante baliza político-jurídica para a discussão da temática posta, será a portaria 94 de janeiro de 2014, que versa sobre as possibilidades de cuidado da pessoa com transtorno mental grave que está sob a custódia da justiça, em meio aberto.

## CAPÍTULO 1: A PRISÃO E SUA FUNÇÃO PROVISÓRIA

*“(...) confiar o louco aos marinheiros é com certeza evitar que ele ficasse vagando indefinidamente entre os muros da cidade, é ter a certeza de que ele irá para longe, é torná-lo prisioneiro de sua própria partida”.*

*(Michael Foucault)*

### 1.1 HISTÓRICO PRISIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O Brasil alcançou o terceiro lugar no ranking dos países com maior população carcerária do mundo. Hoje, se fôssemos contabilizar os mandados de prisão domiciliar e os provisórios, teríamos mais de um milhão de pessoas encarceradas. Isso significa que pelo menos 0,5% da população estaria preso (CNJ, 2014). Quem são essas pessoas? Como o aprisionamento estabeleceu-se como solução última para a criminalidade?

Uma vez que a pesquisadora reside no estado do Espírito Santo e, portanto recebe financiamento desse Estado, a pesquisa em questão não poderia deixar de mencionar seu histórico de aprisionamentos e punições realizadas com pessoas que cometeram infrações e delitos contra o Estado. No ano de 2009 foi realizada, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, uma inspeção em estabelecimentos penais e sócio-educativos que resultou em um relatório preocupante sobre a situação.

Nesse documento encontramos um retrato periclitante sobre as formas de aprisionamentos sem critérios, sem infraestrutura e sem condições mínimas de atuação dos direitos humanos. Celas feitas de contêineres com presos que cometeram pequenos furtos junto a presos condenados por crimes dolosos. Pessoas com marcas de roedores sem cuidado médico, lixo e esgoto que se misturavam e formavam a paisagem para o banho de sol dos presos, proliferando doenças diversas, o relatório

ainda detalhava: “Falta-lhes, ainda, tratamento condigno. Vários menores estão em contêineres. Dois desses módulos estão expostos às intempéries climáticas. Sob o sol, o calor dentro da caixa chega a 50º” (CNJ, 2009). A falta de atendimento da defensoria pública aos apenados também foi elencado no relatório, o que ocasionou em alguns casos a manutenção da pena, uma vez que ela já havia sido cumprida, sem previsão de soltura.

Segundo consta em relatório completo do CNPCP (Conselho nacional de política criminal e penitenciária), a segurança inexistia para presos ou visitantes. Nos últimos anos, havia denúncias de vários corpos de presos esquartejados. Quando os corpos eram achados — ou ao menos partes deles — a administração reconhecia as mortes, porém quando não eram encontrados, alegavam fuga. (CNPCCP, 2009). Foram notificados alguns relatos de presos sobre tortura dentro dos presídios.-.

Passado cinco anos da inspeção no Espírito Santo, muitas mudanças determinadas pelo relatório foram cumpridas. De lá pra cá, o Estado inaugurou prisões com infraestrutura inspirados em padrões internacionais. O presídio de Bubu é um deles, destacando-se por sua infraestrutura impecável, disposições físicas engenhosamente estudadas e planejamento arquitetônico adequado. De todo modo brechas para outras contravenções foram abertas, tendo em vista que os presídios foram construídos em caráter de urgência e sendo assim, sem necessidade de haver licitações.

Diante da situação exposta, podemos pensar que há uma punição para além dos artifícios práticos que o direito penal lança mão, tal como, as diversas privações ao qual o sujeito preso é submetido, trata-se de certa convivência social e um assentimento ao modelo vigente de punição. Seria hoje o presídio um dispositivo mercadológico lucrativo, onde se pudesse excluir o “mal” em nome do “bem”, endossado pela sociedade?

## 1.2 “O DEPÓSITO DAS LIBERDADES”

A ideia conceitual do panóptico foi elaborada por Jeremy Bentham. Essa ideia consistia em um prédio de formato arredondado que possuía celas a sua volta e cada uma delas com entrada de luz e portas com grades para que essa luz se difundisse no interior do prédio. Essa iluminação estava disposta de forma que o encarcerado não pudesse enxergar o exterior do prédio, tampouco o vigilante que o vigiava no centro da torre. A partir da ideia do panóptico foi extraída a possibilidade de exercitar a vigilância sob os corpos nas diversas instituições: escolas, presídios, hospitais, manicômios, entre outras. Baseado no modelo do panóptico era possível então aperfeiçoar a vigilância e ao mesmo tempo diminuir o custo da instituição que sobrevivia dessa vigilância. Bentham explica sobre como esse aparato incidia sob os corpos:

(...) todo esse mecanismo estrutural teria como objetivo a impactação psicológica sobre os encarcerados, para que eles se sentissem observados todo o tempo, sem conseguir enxergar o que ocorre externamente ao edifício, eles seriam tomados por um enorme sentimento de solidão, mesmo que estivessem “acompanhados” pelo vigilante durante todo o tempo. Bentham acreditava que este impacto nunca seria esquecido por aqueles que passassem por lá e atuaria como uma espécie de prevenção especial negativa, na qual o encarcerado, por receio de voltar novamente à instituição, não mais voltasse a delinquir<sup>5</sup>. (BENTHAM, 1791: 7)

Desde os tempos mais antigos a sociedade já tinha suas formas de punir aqueles que se atreviam a transgredir as leis estabelecidas. Essas formas foram se aperfeiçoando e produzindo uma função na sociedade, na medida em que garantia a não desobediência às leis e conseqüentemente a segurança. O esforço de afastar o “mal” e proteger o “bem” é desde cedo um objetivo social. Mas o que implica essa empreitada?

No final do século XVIII com o início da sociedade disciplinar observamos importantes rearranjos na esfera jurídica, no que tange a reforma e a redesenho do sistema

---

<sup>5</sup> Tradução nossa.

judiciário. Para Foucault (2006), o panoptismo descrito por Bentham era uma forma de poder que se exercia sobre os indivíduos como forma de vigilância, na busca de um controle, punição, recompensa e correção em nome de uma normatização do sujeito.

Para Foucault (FOUCAULT, 2009), o surgimento das prisões inicia com a *lettre-de-cachet* instituída na França no século XVIII, apresentando-a como instrumento de punição solicitada por qualquer membro da comunidade e direcionada a uma pessoa ou grupo. Ao decretar uma *lettre-de-cachet*, o rei poderia ordenar a prisão daquele considerado perigoso ou que colocava em risco as boas condutas religiosas, a moralidade ou aquele que é desordeiro em seu trabalho. Vemos que a prática de prisão revestida com a intenção de cura, regeneração, recuperação, readaptação, ressocialização e reeducação do encarcerado tem início com as *lettre-de-cachet* na França no século XVIII, mesmo que naquela época não fosse essa a intenção. (FOUCAULT, 2009).

No surgimento da República, todo delito e ato criminoso cometido passam a ser uma infração direta ao Estado. Junto a essa nova organização, surge a necessidade de fazer esses indivíduos pagarem ao Estado as ofensas jurídicas, o que por sua vez tem como consequência o surgimento da privação de liberdade não tanto com o objetivo de reintegrar o indivíduo, mas sim de excluí-lo na própria cidade defendendo a sociedade. Dessa forma, a privação de liberdade cumpre um duplo papel, o de excluir o mal da sociedade e o de dar exemplo àqueles que pretendem ou podem vir a cometer delitos contra o Estado. (FOUCAULT, 2002).

Com o advento das prisões, aquele que anteriormente era reconhecido como adversário do soberano passa a integrar o papel de inimigo social e se transforma em sujeito desviado, que carrega consigo o perigo múltiplo da desordem, do crime, da loucura (SCOPEL, 2012). Entendendo esse processo histórico, visualizamos claramente que a prisão pré-existe à utilização sistemática das leis penais. Ela surge fora dos aparelhos judiciários, mas integrando-a na realização de processos que

intencionavam repartir os indivíduos, fixá-los, distribuí-los, esquadrihá-los, classificá-los e deles se retirar o máximo de tempo e de forças. Essa aparelhagem era e ainda é capaz de tornar os indivíduos úteis ao sistema de produção através de um trabalho preciso sobre seu corpo, e podemos dizer de uma produção literal de mercadorias consumidas pela sociedade.

Esse modelo de “proteção” da sociedade nos remete a história da loucura, tendo em vista que no início a resposta do Estado e a presença da medicina não eram terapêuticas, mas em prol da defesa da sociedade do sujeito louco que supostamente colocaria em risco a organização da cidade e a proteção dos cidadãos, uma vez que esses eram vistos moralmente como vergonhosos e eram culpabilizados por sua condição de delirar e já não tinham mais o status de sagrado, que de certa forma amenizava o sentimento de ódio e temor em relação a eles. Essas duas práticas se equiparam na medida em que o início das respostas sociais para esses sujeitos não eram mais de exclusão da cidade e sim de inclusão em uma lógica de punição dentro da pólis para servir de exemplo para a sociedade, fazendo assim um controle dos corpos. (FOUCAULT, 1972). A loucura ocupa o lugar lógico da lepra e torna-se o novo mal a ser combatido, eliminado ou escondido.

Desaparecida a lepra, apagado (ou quase) o leproso da memória, essas estruturas permanecerão. Frequentemente nos mesmos locais, os jogos da exclusão serão retomados, estranhamente semelhantes aos primeiros, dois ou três séculos mais tarde. Pobres, vagabundos, presidiários e "cabeças alienadas" assumirão o papel abandonado pelo lazarento, e veremos que salvação se espera dessa exclusão, para eles e para aqueles que os excluem. (FOUCAULT, 1972: 10).

O lugar lógico da exclusão, nesse ínterim, teve a tentativa fracassada de ser ocupado pelas doenças venéreas. Contudo, ao ser capturado pelo saber médico, tornou-se objeto de estudo exclusivo da medicina, não tendo sucesso na sucessão do lugar de exclusão. A loucura, após um longo período de latência, sucede à lepra nesse lugar.

Nesse período de latência, aproximadamente dois séculos, a loucura passou por vários status diferenciados. No fim da idade média ocupava um lugar de detidora da verdade que apontava o ridículo dos homens: “ele diz o amor para os enamorados, a verdade da vida aos jovens, a medíocre realidade das coisas para os orgulhosos, os insolentes e os mentirosos” (1972: 14). Ocupa um lugar de sagrado e artístico, sendo pano de fundo das comédias. O que ocupa o lugar privilegiado no rol do medo e da exclusão é possibilidade da finitude do ser humano, tornando-se o alvo a ser temido. A ideia de que a morte traria a redução do ser a nada, torna o ser humano temeroso a sua finitude.

Na segunda metade do século XV o tema da morte impera sozinho, desse modo o fim do homem assemelha-se ao fim dos tempos e se corporifica nas pestes e nas guerras. A existência humana é dominada então a este fim e a esta ordem da qual ninguém escaparia. (FOUCAULT, 1972)

É justamente a supervalorização da morte que leva a contemplação desdenhosa da existência, que uma vez ameaçada pelo limite absoluto entre a vida e a morte, ocupa um lugar de depósitos das mazelas humanas, vícios e paixões tornam-se subterfúgios para o medo da morte e palco para o espetáculo da vida. Nesse sentido, “a cabeça, que virará crânio, já está vazia”. A loucura é o já-está-aí da morte”. (1972:21).

Morte e loucura tornam-se então faces de uma mesma moeda. Não se trata de uma ruptura de paradigma, mas de uma virada no interior de uma mesma inquietação social. A loucura deixa de ser a aproximação da morte e passa a ser a morte em vida:

E enquanto outrora a loucura dos homens consistia em ver apenas que o termo da morte se aproximava, enquanto era necessário trazê-los de volta à consciência através do espetáculo da morte, agora a sabedoria consistirá em denunciar a loucura por toda parte, em ensinar aos homens que eles não são mais que mortos, e que se o fim está próximo, é na medida em que a loucura universalizada formará uma só e mesma entidade com a própria morte. (FOUCAULT, 1972: 21).

É nesse bojo histórico que a sociedade contemporânea herda todo o descredito ao louco, incluindo a ideia de irresponsável pelos atos cometidos. As instituições modernas já sinalizavam que a infraestrutura, dignidade e convivência social não eram relevantes quando se tratava de alguém em sofrimento psíquico, afinal de contas já eram “morto-vivos”.

Embora em determinado momento os loucos tenham sido reconhecidos como detentores de um saber, esse saber sempre estava relacionado a algo estranho, impreciso e misterioso. O que anunciava o saber dos loucos era, sem dúvida, a proibição: “Predizia o tempo e o reino de Satã, fim do mundo; a última felicidade e o castigo supremo, o todo-poder sobre a terra e a queda infernal”. (1972, p.26).

Na transição da idade média para a idade moderna, a loucura fica no limbo entre a consciência crítica do homem e a experiência trágica da loucura. Essa última reconhecia na loucura elementos de força primitiva de revelação de base onírica, que por sua vez era entendida como a realidade, a experiência trágica da loucura estava às voltas com a questão de imagens e figuras inquietantes. A desordem era entendida como a própria ordem.

Por outro lado, a consciência crítica do homem começa a considerar a loucura no universo do discurso. Nesse universo ela se apura, contudo torna-se menos impactante. A loucura passa a ser entendida como um estado que se organiza a partir da conduta dos homens. Trata-se de certa desvalorização da loucura, sendo ignorada e reconhecendo ao seu saber como medíocre aos olhos dos sábios.

Para este, ela se torna objeto, e do pior modo, pois se torna objeto de seu riso. Por essa razão, os louros que se tecem sobre sua cabeça a aprisionam. Mesmo que seja mais sábia que toda ciência, terá de inclinar-se diante da sabedoria para quem ela é loucura. (FOUCAULT, 1972: 23).



Na reforma penal do século XVIII, Bentham coloca em voga a relação do sujeito com o seu ato, uma vez que a pena estipulada para o sujeito tem que ser útil, então, sendo assim, o sujeito necessitaria entender a ilicitude de seu ato, caso contrário a pena seria pura perda. Com isso se estabelece o utilitarismo da pena.

Beccaria (BECCARIA, 2002) lançou as bases para um novo sistema, que seria a sistematização das penas de privação de liberdade na justa medida, para atingir a reflexão humana e promover sua reforma moral: eis o direito penal. Nesse sentido é publicado na França o código dos delitos e das penas, em 1795, onde a loucura não desculpava um crime grave. Os crimes menores poderiam até receber o perdão ou ter sua pena atenuada, mas os graves não. Contudo, na reforma desse código em 1810, o pensamento pineliano alcança o código na forma do artigo 64, afirmando que a demência anula o crime<sup>6</sup> (OTTONI, 2010).

Bentham teve como um de seus maiores legados na área penal, justamente a utilidade da pena para a pessoa que comete o ato dito criminoso, mas isso não se aplicaria para o louco. Entendendo o louco como o que não possui a razão, ele não conseguiria racionalmente servir-se da pena, não haveria motivos para sua aplicação nesses casos. Essa conceituação da utilidade é alertada por Beccaria em seu texto “Dos delitos e das penas” sobre haver falsas ideias de utilidade e garante que os legisladores, quando as possui, estariam propícios a cometer erros e injustiças.

No texto *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia* (LACAN, 1950), Lacan nos alerta que a psicanálise tem como mote de trabalho irrealizar os crimes do Supereu<sup>7</sup>, e que remete a outro lugar que não é, definitivamente, o lugar da concepção lombrosiana, tal qual nos primórdios da criminologia, tampouco o lugar do utilitarismo da punição como o utilitarista Jeremy Bentham idealizava. Com esse pano de fundo, o século XIX deixou um vasto histórico de situações de punições peculiares:

---

<sup>6</sup> Aualmente o código penal francês trata da questão sobre a loucura X crime de outro modo. Leva em conta a necessidade do louco infrator a responder sobre o crime.

<sup>7</sup> Os crimes do Supereu é um tema abordado por Lacan como crimes imotivados. Em sua tese sobre a paranoia de Aimée ele inicia sobre o tema.

(...) as vacilações registradas na consciência social ao longo de todo século XIX, quanto à questão do direito de punir, são características. Seguro de si e até implacável, desde que apareça uma motivação utilitária – (...) o pensamento dos penalistas hesita diante do crime em que surgem instintos cuja natureza escapa ao registro utilitarista no qual se manifesta o pensamento de um Bentham. (LACAN, ANO: 136).

O momento histórico descrito era propício para recepcionar o pensamento utilitarista, a saber:

(...) o momento de uma civilização cujos ideais estava empenhado no movimento acelerado da produção e, que, por isso, o exemplo que o castigo e as punições reverberavam na sociedade com o intuito de coerção, era providencial. Entre o sentimento humanitário que nascia em prol dos explorados e o sentimento de consciência pesada dos exploradores, para os quais a noção de castigo tornou-se igualmente insuportável, nasce o sentimento de mal estar social. (LACAN, 1950:558).

Para dar fim a esse mal estar busca-se então uma solução na ciência, ou seja, em uma análise psiquiátrica do criminoso, que se propõe a examinar todas as medidas de prevenção contra o crime e de promessas contra uma recidiva, o que pode ser chamada de uma concepção sanitária da penologia (LACAN, 1950).

A entrada dos saberes 'psis' é convidada para essa empreitada e nesse contexto vem para corroborar a ideia de virtualidade do sujeito, no que tange as tendências do sujeito a cometer um ato criminoso, o que dá espaço para o surgimento do conceito de periculosidade. Essa virtualidade versa sobre o que a alma do criminoso foi capaz, é capaz ou será capaz de fazer, dando corpo à concepção de penologia sanitária. Desse modo, o criminoso torna-se o próprio crime que cometera.

O conceito de virtualidade, embora tenha sido teorizado tempos depois, pode estar associado paralelamente ao conceito de tabu, descrito no texto Totem e Tabu:

(...) a violação de um tabu transforma o próprio transgressor em tabu (...). Nas hordas primitivas, ao serem transgredida uma proibição

haveria um aentendimento de que elas seriam necessárias porque certas pessoas e coisas estão carregadas de um poder perigoso que pode ser transferido através do contato com elas, quase como uma infecção”. (FREUD, 1911; 18).

Os princípios da psicanálise encontram-se fora dessa empreitada na medida em que esta trabalha com a experiência dialética do sujeito, justamente por entender que o homem se constitui a partir de uma imagem especular, num processo de alienação fundamental ao Outro<sup>8</sup>. Para dar conta das questões criminológicas, portanto, a psicanálise trabalha em irrealizar o crime e com isso não desumaniza o criminoso, o que quer dizer que trata o crime em sua ordem imaginária e simbólica (LACAN, 1911). Esse acesso ao mundo imaginário se dá por meio da mola da transferência, que pode ser um grande passo para que haja o recorte do sujeito do inconsciente no ato praticado, mas sem garantias prévias. Mais adiante, discutiremos como isso se dá no trabalho com a estrutura psicótica.

Em “A verdade e as formas jurídicas”, o aprisionamento inicia-se com a necessidade de um local que recebesse as pessoas que cometeram algum delito até que sua condenação acontecesse. Não havia a pretensão de esse local ser o lugar de excelência da ressocialização ou a “reforma” do sujeito (FOUCAULT, 1998).

A prisão não pertencendo a nenhum projeto fundamentado em teorias da reforma da penalidade do século XVIII, pelo contrário, surgindo como uma solução provisória no início do século XIX quase sem justificação teórica, abre um precedente histórico para o surgimento de instituições da mesma maneira, com a justificativa de proteção social. Além da prisão, que não estava prevista na reforma, a legislação penal sofre uma inflexão considerável ao que estava estabelecido na teoria (FOUCAULT, 1998).

O surgimento das “circunstâncias atenuantes” - que possibilitaria que o juiz ou júri não enquadrasse o sujeito em uma pena rigorosa tal qual estabelecida no *Código Penal*,

---

<sup>8</sup> O Outro com letra maiúscula é denominada por Lacan como o Significante primordial, onde o sujeito do inconsciente, em uma relação especular com esse se constitui. (LACAN, 1966).

caso fosse avaliada peculiaridades do caso, flexionando a pena na medida em que seria avaliado caso a caso de acordo com variáveis sociais, psicológicas e materiais - torna-se ele mesmo um meio de corrupção dentro do aparato judicial. Além disso, a penalidade que se desenvolve no século XIX está mais preocupada com o controle e reforma psicológica e moral dos comportamentos dos indivíduos do que propriamente a defesa geral da sociedade.

Lacan (LACAN, 1950) esclarece que toda sociedade manifesta a relação do crime com a lei através de castigos, entretanto afirma que sejam quais forem suas modalidades, exige um assentimento subjetivo. Há uma distinção radical no que propõe a psicanálise quanto o assentimento subjetivo e no que propõe o saber jurídico introduzido, nesse momento, por Beccaria, Lacan diz:

Quer o criminoso, com efeito, se constitua ele mesmo no executor da punição que a lei dispõe como preço do crime (...) quer a sanção prevista por um Código Penal comporte um processo que exija aparelhos sociais muito diferenciados, esse assentimento subjetivo é necessário à própria significação da punição. As crenças mediante as quais essa punição se motiva no indivíduo, assim como as instituições pelas quais ela passa ao ato no grupo, permitem-nos definir uma dada sociedade aquilo que designamos, na nossa, pelo termo responsabilidade. (LACAN, 1998:128).

Lacan, investido pelos princípios da psicanálise, irá sinalizar nesse texto sobre outras possibilidades que não a reforma moral do sujeito a partir de medidas meramente punitivas e apontará para um diálogo com o que resta de mais íntimo no ser humano, sua singularidade, e, portanto, a significação particular dada à punição. Diante disso, nos perguntamos: o assentimento subjetivo pode ser entendido como uma porta de entrada para a responsabilização do sujeito, uma vez que o implica no recorte do delito, e dessa forma a punição exerce um papel de perda de gozo?<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Para Lacan o sujeito só tem consciência de si, a partir do Outro. Isto é formalizado por Lacan como o gozo do Outro. O gozo seria parte da condição humana, o sujeito se submeteria ao desejo do Outro, para garantir o seu gozo. Isso é o que mais insiste em todos os seminários de Lacan: a explicação de gozo a partir da dialética hegeliana.

### 1.3 RESPONSABILIZAÇÃO, RESPONSABILIDADE E RESPOSTA:

Em seu livro *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2008), Foucault traz à luz a história das punições e suas diferentes facetas. Os suplícios eram espetáculos comuns nos quais os corpos eram esquartejados, amputados e marcados simbolicamente em todas as partes, em exposição vivo ou morto. Aos poucos essas formas cruéis e explícitas foram dando lugar a outros tipos de ações no qual o corpo físico não era mais o alvo principal da repressão penal.

Esse desaparecimento acontece no fim do século XVIII e na primeira metade do século XIX todo tipo de punição deixa de ser uma cena espetacular para o público e começa a ter uma conotação de crueldade no qual o próprio carrasco executor da punição e os juízes se assemelhavam aos assassinos, que muitas vezes haviam cometido crimes menos horrendos. O público então passava a ver o supliciado com piedade e admiração (2008).

Desse modo, a punição vai tomando outras direções e há um deslocamento da punição espetáculo intenso e assustador, para uma punição sutil, que por ser uma fatalidade supõe manter o homem longe do acometimento do ato criminoso. A justiça, portanto, livra-se do papel de punição e ordena-o a outros setores de forma a tornar-se um setor autônomo. A justiça fica responsável apenas em condenar o sujeito - fato que já é o bastante para marcar o delinquente com um sinal negativo. Para a justiça torna-se pouco glorioso punir o sujeito, bem como, torna-se cada vez mais indecoroso ser digno de punição (2008).

Das punições explícitas passa-se então para a suspensão de direitos. Não é a punição por meio de suplícios que vigora, e sim a prisão, a reclusão, os trabalhos forçados, os sistemas penais modernos, a interdição de domicílios. Essas formas de punição travam outra relação do corpo com o castigo, onde esse primeiro entra como instrumento para o segundo. Não se trata de sujeitar o corpo a dores insuportáveis de formas cruéis, de

outro modo, visa suspender o direito de liberdade, promover interdições, privações e obrigações.

No lugar dos carrascos entram profissionais protegidos de seus campos de saberes e direcionados ao cuidado do apenado. Médicos e farmacologistas se empenham em respaldar as ações punitivas. Nessa gama de profissionais entram educadores, psicólogos, psiquiatras e todos em nome de uma “proteção” do apenado contra a sensação do mal. A morte rápida e indolor é então o objetivo, um acontecimento visível, porém instantâneo. Nessa perspectiva entre a lei e o corpo do criminoso o contato é rápido. Inicia-se então a época da sobreidade punitiva.

A redução do suplício entre 1760 e 1840 não se tratou de uma erradicação da crueldade e da tortura, ao contrário disso, a prática de tortura alongou-se – e ainda se prolonga em todo sistema penal -, vide relatório do CNPCP citado acima (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária). O deslocamento do suplício pela privação de liberdade aconteceu gradativamente, no entanto preservaram-se alguns complementos punitivos associados ao corpo, como a privação sexual, alimentar, do sono e expiações físicas.

A crítica que vigorava aos estabelecimentos de prisões na primeira metade do século XIX era justamente a impossibilidade dela promover um sofrimento à altura do sofrimento dos operários. Crítica que sugeria que os apenados mereciam sofrer mais. Há aí uma modificação radical do castigo nesse tempo, pois não é mais o corpo objeto de punição, mas sim a alma. “O castigo incide agora sobre o coração, o intelecto, as vontades, as disposições” (2008).

O *Código Penal* ganha importância para respaldar os juristas nas condenações dos crimes, contudo não são somente os crimes que são julgados, tendo em vista que as paixões, os instintos, as anomalias, os efeitos do meio ambiente, hereditariedades, impulsos e desejos eram vistos como determinantes no ato criminoso, pois eram esses

aspectos que iriam medir até que ponto a vontade do réu estava envolvida no crime. Para isso, outros atores entravam em cena, a saber, a medicina, fazendo assim um par com a jurisprudência.

O aprisionamento nesse tempo visava, então, à modificação do comportamento do criminoso em busca da garantia de uma diminuição ou anulação total de sua periculosidade, uma espécie de reforma da alma. Os criminosos eram julgados e investigados sobre sua vida passada, possibilidades futuras, suas relações sociais e as apreciações que as pessoas faziam sobre ele.

A alma dos criminosos era agora o objeto de excelência para punição, ela não era introduzida meramente para explicar o crime e serem atribuídas a ela responsabilidades jurídicas, mas, sim, para ser julgada juntamente com o crime e sofrer a punição. Desse modo, outros dispositivos técnicos ganharam espaço para dizer sobre essa alma e as punições. Os laudos psiquiátricos, o discurso da criminologia e antropologia criminal permitiu, por meio de seus respaldos técnico-científicos, tornarem as punições justificáveis. Julgavam o que os criminosos foram, eram e podiam se tornar, consistindo ainda mais a noção de virtualidade (FOUCAULT, 2008).

Diferente do que acontecia na Idade Média em que se buscava a partir do inquérito a determinação do autor do crime, sua verdade e a devida sanção legal, nesse outro momento, outros atravessamentos surgem e a verdade passa a ter várias nuances e enquadres, sendo necessário fazer questionamentos diversos a respeito do crime e do criminoso. Não bastava saber se o delito era de fato um crime, era necessário investigar sobre o que significava o crime e a violência cometida.

Então nasce a pergunta: Quem é o autor do crime? Quem criminou? Não no sentido objetivo, mas referindo a uma particularidade do sujeito e sua história. Desse modo acontece a entrada do viés médico na jurisprudência introduzindo a loucura na prática penal. Na França, o *Código Penal* introduzia essa questão em seu artigo 64 e abolia o

crime no nível da realidade quando considerava o criminoso louco. Uma vez decidido que o acusado era considerado louco era impossível introduzir alguma responsabilização do sujeito em seu ato, não sendo associável o louco à culpa. Embora fosse uma diretriz jurídica, os próprios juristas acabavam admitindo que fosse possível alguém ser culpado e ser louco, portanto, deveriam receber tratamento médico em isolamento e não receber sanções.

O Juiz, então, não julga mais sozinho, junto a ele há profissionais que o auxiliam na decisão da pena, não intervindo antes da sentença para fazer o julgamento, mas para esclarecer a decisão dos juízes. O tratamento visava em última instância à normatização do louco.

O médico psiquiatra por sua vez, historicamente não constituiu em apontar o papel de “responsabilidade” do sujeito sobre o ato cometido, ao contrário disso sua atuação dizia respeito à administração da pena, bem como, sua utilidade e sua eventual eficácia. Ele tinha o papel de definir qual o melhor estabelecimento para o criminoso (a prisão ou o hospício), quanto tempo seria o suficiente para o seu tratamento e propor um tratamento “médico-judicial”.

A questão que se estabelece é: essa realidade, dita invisível, que nos foi possível enxergar no presídio de Bubu, está previsto algum cuidado diferenciado diante de suas peculiaridades no *Código Penal* e nas operações jurídicas que se estabelecem na contemporaneidade ou reatualiza a história de negação?

A história nos mostra que o processo de aprisionamento, seja ele por motivos de loucura, transgressões e inadequações sociais de toda ordem, tiveram respaldos implícitos e sutis da comunidade que a pertenciam. Desde as hordas primitivas, os tabus funcionavam como proibições que, segundo Freud, foram os primeiros códigos de leis da humanidade que caso transgredidas justificaria processos de expiações e



purificações para que fossem perdoados, de outro modo, o próprio tabu tinha o poder de se vingar. (FREUD, 1911).

Na contemporaneidade compartilhamos situações em que os “homens infames” eram segregados em instituições totais na tentativa da sociedade de extirpar o mal. A cada tempo e ao seu modo o mal é personificado e encarnado em algum setor social. O aprisionamento de mulheres, por exemplo, teve grande repercussão na Inglaterra e nos Estados Unidos nas duas décadas do século XX, quando um grupo delas reivindicava a igualdade política, civil e econômica para a classe feminina. Nas manifestações, mulheres que lutavam no movimento Sufragista eram presas por desobedecerem à ordem vigente. Curiosamente, o Movimento Sufragista nos EUA foi defendido pelo filósofo inglês chamado John Stuart Mill, o mesmo que junto a Jheremy Bentham elaborou o conceito de utilitarismo da pena.

Após tantos anos, a contemporaneidade remonta a história e as revoluções fazem jus ao seu conceito radical de (re)volta que pode ser entendido como um movimento giratório que retorna a um mesmo ponto, tornando os movimentos sociais, manifestações, lutas antimanicomiais, lutas anti-escravagistas, lutas pelos direitos civis igualitários sempre atuais.

#### 1.4 BUBU

No município de Cariacica foi criado em primeiro de Julho de 2010, pela Lei complementar nº 85 de 1996 que cria a penitenciária estadual feminina, sob a forma de órgão em regime especial, a Penitenciária Feminina de Cariacica e a Penitenciária Semiaberta Estadual de nº 555, com capacidade para 112 presas em regime semiaberto e 312 presas em regime fechado.

Em 23 de Agosto de 2010, foram ocupadas com um total de 300 (trezentas) presas. A Direção Geral ficou responsável pelas duas Unidades, sendo necessário programar estratégia de tratamento penal às presas, o que culminou, tempos depois da ocupação,

na aplicação do Método de Tratamento Penal Individualizador, escrito pela Diretora Geral juntamente a dois diretores da Secretaria de Justiça. Nessa perspectiva as presas foram classificadas tecnicamente para serem inseridas em atividades laborais, educacionais, laboraterapêuticas e de grupo.

O formato aberto e acessível de gerenciamento da então diretora tornou possível a inserção de analistas, incluindo a pesquisadora, para a realização de um trabalho junto às mulheres presas nessa instituição. Desse modo, o grupo de 09 (nove) analistas se propôs a escutar mulheres encarceradas no presídio de Bubu, em Cariacica, sem vínculo empregatício, de enquadramento estritamente voluntário.

Inicialmente não tínhamos um projeto definido, apenas começamos nosso caminho buscando ouvir das internas, da equipe técnica e da direção quais seriam as questões que poderiam ser desenvolvidas por nosso campo de saber, a psicanálise. A direção nos apontou duas grandes questões, a primeira em relação à oferta de estudos e oficinas profissionalizantes serem insuficientes para as presas, sugerindo a necessidade de “tratamento”, essa proposta consta na Lei de Execução Penal e no Método de Abordagem do Presídio Feminino de Cariacica. A Segunda questão, e não menos importante, tratava-se dos agentes penitenciários necessitarem de atendimentos psicológicos, sendo eles o maior problema do presídio segundo a ótica da direção.

Após seis meses de escuta realizada pelos analistas, construímos o projeto que funcionou até dezembro de 2014, que tinha como objetivo: a) Atender individualmente às internas visando à escuta da presa para além do ato criminoso e, quanto a este, a questão se colocava sobre as relações do sujeito com sua verdade singular, não obtendo assim estatuto de “tratamento”. b) Atender individualmente aos agentes e a equipe técnica com o objetivo de que cada técnico e agente pudessem se questionar em relação às suas funções e à escolha de estar ali, também preso, em seu sintoma. c) Palestras mensais sobre temas solicitados pelas internas como amor, criação de filhos, relações parentais, relações homoafetivas, entre outros. d) Reuniões com a equipe

técnica, incluindo a equipe tercerizada de saúde, com o objetivo de promover interlocução entre os lugares institucionais que lidavam direta ou indiretamente com o cotidiano da instituição e com as presas, e) Reuniões com os agentes penitenciários, proporcionando um espaço de discussão das questões que se apresentavam no cotidiano de suas funções, introduzindo elementos da psicanálise que pudessem colaborar com o entendimento das dificuldades encontradas na relação com as internas. f) Oficinas terapêuticas para pessoas supostamente psicóticas que se encontravam presas, proporcionando-as um espaço onde se pudesse apresentar sua loucura e se inserir num trabalho coletivo, experimentando as dificuldades e asperezas próprias ao laço-social e promovendo uma elaboração daquilo que as mantinham isoladas.

As palestras aconteciam a partir dos interesses das mulheres que estavam em regime de detenção, que sugeriam diversos temas. Os analistas convidavam outros analistas afetados pelo tema elencado pelas detentas ou algum analista do próprio projeto se candidatava a falar. Apesar do termo palestra, o encontro acontecia no formato de uma roda de conversa e o que predominava era a interlocução das detentas.

Nessa atividade era a participação ativa delas que proporcionava uma verificação do rumo que havíamos tomado com o desenvolvimento do trabalho, e de algum modo entendíamos que estava sendo profícuo, pois se ouvia nas interlocuções os efeitos do atendimento individual e vice versa.

Nos atendimentos individuais e nas reuniões de discussão com os agentes penitenciários sobre temas referentes ao trabalho dentro do presídio, pudemos perceber que o discurso psicanalítico, para além do divã, operava no sentido de uma quebra dos saberes cristalizados. Conceitos pré-concebidos em relação às presas, como se as mesmas fossem um grupo homogêneo, começaram a ser questionados. Eles puderam, a partir desses questionamentos, implicarem-se acerca da escolha de sua função naquele contexto.

As reuniões com a direção e equipe técnica foram chaves neste processo. A direção vigente, até então, seguia com uma preocupação sobre o caminho a ser percorrido, entre continuar na pura punição ou se haveria trabalho de reintegração. Portanto, era de extrema importância que o servidor se questionasse sobre sua função reintegradora e não apenas punitiva malgrado ainda a impossibilidade estrutural desse tipo de instituição, por melhor que seja, de alcançar esse objetivo.

Por ser um movimento novo no sistema penal, os agentes não estavam preparados para o exercício de questionamento de sua própria posição profissional. Avaliamos, no decorrer do trabalho com os agentes, a importância de se incluir nas capacitações uma formação sobre a subjetividade humana, principalmente quando se tratava de pessoas com transtorno mental grave, pois era visível a impossibilidade de lidarem com uma detenta quando esta entrava em algum tipo de curto-circuito psíquico. Seja num episódio psicótico, seja uma tentativa de suicídio ou até mesmo descompensações por ansiedade, o método utilizado era um só: a repressão.

Ao longo da escrita e apuração do diário de campo, a pesquisadora iniciou um processo de desconstrução de uma ideia previamente construída sobre o próprio objetivo do trabalho, que inicialmente seria relatar os encontros com pessoas diagnosticadas com transtorno mental grave que estavam em cárcere, retirando dessa experiência algo que nos pudesse articular à teoria e nos instruir sobre o atendimento às pessoas inseridas nessa instituição, contudo, a necessidade de articular e contextualizar o corpo institucional e os efeitos sobre essas pessoas se impôs no decorrer da pesquisa, mudando assim o rumo da pesquisa.

O presídio de Bubu é conhecido como um dos presídios mais bem estruturados do Estado, possuindo acomodações limpas, com lençóis limpos, contingente profissional adequado e uma equipe de profissionais de saúde terceirizada composta de: 02 enfermeiros, 01 psicóloga, 01 médico clínico geral, e 01 coordenadora. O presídio tinha

em seu contingente profissional, mais 02 psicólogas e 02 Assistentes Sociais que se dividiam entre o regime semiaberto e o regime fechado. Estruturalmente o presídio de Bubu era considerado modelo. O presídio contava ainda com 80 agentes penitenciários.

A direção que estava exercendo as diretrizes no início do projeto demonstrava confiança e transferência de trabalho<sup>10</sup> aos analistas, solicitando-os e convocando-os a participar e intervir. Desse modo, tínhamos reuniões mensais com a equipe de saúde em que discutíamos, entre outros assuntos, medicações, diagnósticos e formas de acompanhamento, bem como a seleção das presas que posteriormente seriam inseridas em postos de trabalho ofertados pelo presídio a partir de convênios com empresas que possibilitariam remissão da pena.

Em uma dessas reuniões nos deparamos com uma dificuldade em relação a determinações diagnósticas imprecisas e inapropriadas para os casos. A saber: no senso da equipe de saúde do presídio nos foi apresentado uma tabela que indicava a maioria dos casos avaliados por nós como psicose, como transtorno de ansiedade generalizada (TAG) e, conseqüentemente, com medicações compatíveis com esse diagnóstico. Não havendo um psiquiatra na equipe, o trabalho de dialetização desses diagnósticos era inviável. Como os analistas do projeto estavam ali como convidados na instituição, ficava difícil equivocar saber estabelecido por essa equipe. No entanto, a cada encontro tentávamos questionar esses diagnósticos e sinalizávamos a necessidade da interlocução com o saber psiquiátrico.

Pode parecer contraditório essa solicitação, contudo, avaliávamos que, como os casos estavam sendo orientados e medicados por um médico clínico geral e a equipe de enfermagem, sem que houvesse alguma brecha para discussão de casos mais graves e sem levar em conta o sofrimento psíquico de algumas presas, o que nos restava era lançar mão de um profissional psiquiatra que pudesse intervir com medicações mais apropriadas. Desse modo, utilizaríamos o “poder” conferido a essa função a nosso

---

<sup>10</sup> Coceito psicanalítico que se refere à possibilidade da execução de um estudo, trabalho, elaboração de textos a partir de uma compatibilidade no nível de identificação sintomática do sujeito.

favor, podendo então ao menos aliviar o sofrimento psíquico das presas que era reprimido de forma coercitiva, uma vez que era entendido pela equipe como “desobediência”.

O poder médico pode trazer à tona certo apagamento do sujeito, sobretudo naquelas pessoas cujo sofrimento psíquico é exacerbado e se ofertam como objeto ao outro. No entanto, apostava-se em conseguir mediar esse casamento entre os dois saberes completos: o “saber completo” dos psicóticos e dos médicos. Uma das presas, Maritaca, que será citada mais adiante, indicava-nos que alguma coisa não ia muito bem e, ao participar do grupo, por vezes testemunhava sua impotência diante o excesso de medicação – inadequado ao seu diagnóstico - que tinha como única pretensão o silenciamento literal de sua loucura.

Na prática antipsiquiátrica, a desmedicalização da loucura é correlativa ao questionamento desse poder médico. A psicanálise, por outro lado, não exclui a medicalização, porém exige uma sobreposição do sujeito ao medicamento, de modo que não se apague a subjetividade, preservando assim, no caso da psicose, alguma possibilidade do sujeito delirar.

Para Freud, foi justamente esse legado que o caso Schreber lhe permitiu: “A formação delirante, que presumimos ser o produto patológico, é, na realidade, uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução” (FREUD, 1911: p.94,95). De fato, Schreber (re)construiu seu mundo por intermédio de seu delírio, a sua maneira. Lacan (LACAN, 2002) apontou para a cristalização em Schreber de uma erotomania divina. Em seu delírio, Deus o amava e o elegera para torná-lo uma mulher que, ao fecundá-lo, geraria uma nova raça de seres humanos superiores, nascidos de seu próprio ventre. Era justo esse delírio que o permitia continuar vivo.

Por esse motivo, a crítica construída por Foucault de que a “despsiquiatrização” caracteriza tanto a psicofarmacologia quanto a psicanálise por dependerem da

supermedicalização da loucura, evidentemente não se sustenta, pelo menos no que tange o direcionamento ético da psicanálise. Mas de fato, o problema da eventual libertação da loucura em relação a essa forma singular de poder-saber que é o conhecimento torna-se cada vez mais atual e uma pergunta se reestabelece na contemporaneidade: é possível que a produção da verdade da loucura possa efetuar-se em formas que não são as da relação de conhecimento?

Estamira, a personagem do documentário produzido por José Padilha (2006), alerta-nos sobre a sua prudente desconfiança em relação a alguns médicos, referindo-se a estes como “mero copiador de receitas”. Nos prontuários de Estamira lidos por ela, não se encontrava nenhum fragmento a respeito d sua singularidade, tampouco relacionado aos conteúdos de delírios ou mal estar presentificado na construção deste. Informações sobre o seu modo de vida não constavam no prontuário médico, havendo somente nomeações pré-fabricadas pelo mercado dos DSM’s (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais norte-americano).

O que se propõe em uma perspectiva psicanalítica é que os saberes ‘psis’ possam proporcionar ao individuo a tarefa e o direito de conduzir sua loucura até o fim, permitindo-lhe vivenciar a experiência da loucura singularmente. A contribuição dos saber‘psi` é bem vinda, caso não seja em nome de um poder atribuído por sua razão, Ao contrário, tenha o papel de destacar os atos, os sofrimentos, os desejos, “libertando-os de um diagnóstico e de uma sintomatologia que não tenha simplesmente valor de classificação, mas de decisão e de decreto”.

A mudança da pessoa que representava o lugar de direção do presídio no meio do processo de trabalho foi um analisador importante para o grupo, produzindo certa tensão devido a visível discrepância na conduta que se seguiria. A primeira diretora visava à reintegração do sujeito, entendendo que o período de clausura era um processo finito. Nesse sentido, estimulava alguma margem de liberdade para o sujeito colocar-se em sua singularidade, enquanto que a segunda diretora pretendia a garantia

à efetividade da lei universal, apagando as singularidades sutilmente e fazendo vigorar o “bem” do grupo.

É inevitável não destacar a diferença radical entre as condutas das direções, o que refletiu diretamente no andamento do projeto. Com a primeira diretora, encontramos parceria e brechas para intervenções, enquanto com a segunda nos deparamos com um retrocesso na proposta da Lei de Execução Penal, não só com as internas como também com os agentes e a equipe técnica que se apresentava emudecida.

O silenciamento que se iniciou nesse processo de trocas de direção reverberou na continuidade do projeto, uma vez que o grupo de analistas sentia-se impossibilitado de continuar o trabalho com as equipes.

#### **1.4.1 A arquitetura**

A arquitetura do presídio era exemplar, digna de vistorias internacionais. Não se iguala a antigos presídios do Estado que se apresentavam como verdadeiros depósitos de humanos. Em bubu havia um cuidado na higienização do ambiente e o cuidado para que não houvesse proliferações de doenças.

A estrutura contava com quatro prédios, sendo um administrativo, um central que continha as celas do regime fechado, um menor na lateral onde funcionava o regime semiaberto e outro com estrutura de cozinha industrial e refeitório que até então não havia sido inaugurado; a alimentação era feita por meio de tercerização de marmitas para as detentas e a alimentação dos profissionais, por conta dos próprios.

A disposição das salas do prédio administrativo era ampla e refrigerada, já nas celas das detentas não havia sistema de refrigeração artificial como ventiladores ou ares-condicionados, apenas uma janela pequena com ventilação natural. Nas celas de acesso comum do prédio central do regime fechado, onde se encontravam as celas de



aulas e as da biblioteca onde aconteciam as oficinas - havia ventiladores. Nesse mesmo prédio havia os “bravos”, que eram salas com janelas de vidros concentradas em lugares estratégicos do presídio. Nos bravos ficavam de plantão as agentes penitenciárias que utilizavam como ferramenta de vigilância televisões com sistema integrado de câmeras. A comunicação entre um bravo e outro era feito por meio de rádios portáteis, bastante utilizados para a comunicação interna dos agentes e entre o prédio administrativo localizado no exterior.

Os atendimentos individuais realizados pelos analistas aconteciam em celas próximas aos “bravos”. A listagem de cada analista era divulgada via rádio pelo agente responsável para buscá-las para o atendimento, e como não era raro, buscavam todas juntas para pouparem trabalho, o que ocasionava certa tensão em relação aos agentes e aos analistas. Essa tensão era devido à solicitação dos analistas aos agentes para buscarem uma detenta de cada vez quando se tratava do atendimento individual, tendo em vista que quando todas eram chamadas de uma só vez acomodavam-se em uma cela pequena e quente a espera do atendimento.

As oficinas já existentes no presídio ocorriam em sua maioria dentro do prédio do regime fechado. O presídio contava com oficina de mosaico, oficinas de confecção de uniformes das internas, oficina de fuxico ministrada por uma agente penitenciária e oficina de confecção de bolsas e acessórios de couros, que contava com a participação de uma designer de moda. Com o passar do tempo, metade das oficinas se encerraram dando espaço para cursos profissionalizantes, de modo que empresas como “balãozinho” - loja de confecção de roupas infantis -, empregavam as presas para a produção de peças.

### 2.3 OS ENCONTROS

A escolha do espaço biblioteca não foi por acaso, embora não tivéssemos muita escolha. Algumas barreiras foram impostas para a utilização da biblioteca, tendo em vista que era um espaço central na instituição, onde havia circulação de pessoas a todo

tempo. Inclusive, a agente responsável pela liberação do local não hesitou em argumentar que, como eu reuniria “esse tipo de pessoa”, seria preferível um local mais reservado.

Com muita certeza e acreditando na importância de se fazer os encontros visando aos laços sociais com a instituição, não poderia acatar a sugestão de nos escondermos em uma sala em outro prédio. Justamente, era essa relação com a loucura que estava em jogo, colocar a ver a loucura, não omitindo ou escondendo sua presença mais uma vez. Mais que no sistema jurídico, no próprio sistema prisional, sugestões sútis como esta escancaram uma institucionalização da loucura a despeito das leis propostas para sua desinstitucionalização, tornando o sujeito cada vez mais invisível, dificultando ainda mais a possibilidade de construção de laços sociais.

O objetivo do grupo era propiciar a essas mulheres encarceradas um espaço de possibilidade de fala e escuta, sem coerções ou punições por atualizarem suas loucuras. O grupo não teve uma programação prévia a cada encontro, pois foi a partir de cada encontro que o outro se constituía. Ao permitir que elas elegessem o que seria dito no grupo, os encontros foram caminhando para um arranjo no qual havia abertura para histórias amorosas, histórias familiares, alguns desentendimentos entre elas, leituras, saraus de poesias, filmes e a proposta de criar um documentário. Essas possibilidades só aconteceram porque não foram pré-determinadas, ao contrário disso, a única direção era poder participar com elas de um espaço em que coubesse a loucura, sem amarras e contenções, e a partir daí intervir nas falas de forma a dar um contorno ao sofrimento psíquico que comparecia.

Os encontros aconteciam às terças-feiras pela parte da manhã às 09h00hs e na parte da tarde às 13h00hs. Eram elaboradas listas com os nomes das participantes que eram chamadas pelas agentes penitenciárias e levadas até a biblioteca. Uma questão curiosa que ocorria nessa dinâmica era que, quando por ventura uma das participantes não queria ir ao grupo (e isso não era raro de acontecer), ou por motivos de saúde, porque

queriam dormir ou por estarem em algum curso, as agentes penitenciárias não levava em conta esse fato e as levavam contra sua vontade. A despeito do que já havia sido amplamente divulgado pela pesquisadora sobre a não obrigatoriedade da participação das detentas na oficina, essa conduta era por vezes repetida, e todas as vezes que essa situação ocorria à pesquisadora advertia as agentes, não sem retaliação por parte delas endereçadas as detentas.

Uma sensação de transgressão ficava no ar, tanto por parte da pesquisadora que não acatava a vontade de obrigatoriedade das agentes de retirar as presas de seus afazeres, quanto por parte das presas por poder decidir por alguma coisa, mesmo diante de uma posição de assujeitamento. A relação entre as participantes do grupo e as agentes variavam muitas delas se identificavam com algumas agentes e demonstrava respeito, outras travavam uma relação de rivalização com as agentes e isso era recíproco. Por vezes presenciei conversas de agentes com presas que denotavam consolo e acolhimento, enquanto que em outros momentos, indiferença e autoritarismo.

A convivência dos analistas na instituição era semanal e por isso fazíamos questão de uma imersão “full time” nos dias de atendimento. Desse modo, participávamos do almoço com algumas pessoas da equipe. Pedíamos a comida ao restaurante por perto do presídio e almoçávamos na cozinha, nessa época, ainda desativada. A hora do almoço era sempre um momento em que a equipe conversava sobre a vida particular das presas, não raramente, confundia-se a história da vida de uma presa com uma novela global. A forma fascinada com que eram contadas as histórias remetia a cenas de novela, às vezes com emoção e outras com repúdio, assim, a vida daquelas mulheres profissionais eram sobrepostas a vidas escandalizadas de outras mulheres presas, as quais eram sujeitas a seus julgamentos.

A hora do almoço era sempre muito movimentada, pois era a hora em que as presas responsáveis pela distribuição das marmitas iam até o caminhão buscá-las. . . Esse

momento coincidia com a hora em que algumas pessoas da equipe técnica e até mesmo a pesquisadora iam com suas marmitas em direção à cozinha. Esse encontro no meio do pátio sempre foi um provocador das questões relacionadas a essa linha tênue divisora entre quem estava de fato preso e quem estava preso por opção. Um episódio exemplar evidencia isso: em um desses encontros, uma detenta perguntou a uma funcionária o que havia em sua marmita que, com naturalidade e um sorriso de canto de boca, respondeu: “dobradinha!”. Imediatamente abriu-se um sorriso no rosto da requerente que disse: “olha, ela come dobradinha... vamos trocar?”. De repente a profissional demonstrou a seriedade e, com um ar grosseiro, alertou a presa que voltasse ao trabalho e seguiu a caminho da cozinha.

Cenas como esta denunciavam a linha tênue de separação do agente, entre o que havia de humano e de carrasco, sendo a última a posição almejada e evocada pela instituição. Nesse episódio, o humano se sobressaiu ao carrasco e se equiparou ao outro semelhante, independente de sua condição de presa. No entanto, rapidamente, como uma incorporação súbita, retornou ao modo carrasco.

#### **1.4.2 Os passáros**

Para preservar a identidade das participantes, substituímos o nome legal por nome de pássaros. A ideia ocorreu quando percebemos que em todos os encontros éramos surpreendidas com pássaros cantando dentro da biblioteca e essa presença sempre era disparadora de questões e conversas. A contradição posta, de pássaros que optam por estar presos, convocou-nos à reflexão que será discutida mais adiante.

Não será aqui um objetivo nosso depurar os casos e analisá-los clinicamente, tendo em vista que, para a construção do caso clínico, seriam necessários outros elementos que não foram possíveis. No campo psicanalítico, a investigação clínica sempre foi associada à terapêutica e a teorização sobre o psíquico. Freud é emblemático nesse aspecto e estuda seus casos minuciosamente tornando-os paradigmáticos para seu arcabouço teórico, contudo, nessa pesquisa, temos como mote do trabalho os efeitos de uma oficina terapêutica baseada nos princípios da psicanálise. O que se espera é

uma discussão articulada aos acontecimentos na instituição com seu corpo técnico e a incidência desse encontro.

Essa ressalva é para marcar o rigor metodológico que há na pesquisa em psicanálise, onde o método é marcado por algumas características, a saber, (1) o ponto de partida é sempre o caso, (2) a centralização do sujeito em seu tratamento torna-o protagonista na construção de sua verdade, (3) a experiência é orientada em direção ao Real. (FGUEIREDO, 2004).

Para Viganò (VIGANO, 1999) a construção do caso é ir ao encontro daquilo que não se pode dizer. O autor, ao ir à etimologia da palavra “caso”, chega ao termo latino *cadere*, que significa cair ou ir pra fora de uma regulação simbólica. Nesse sentido a construção do caso pode funcionar como uma circunscrição a partir de uma operação metafórica.

Beija-flor é uma mulher de 42 anos com oito irmãos. Beija flor teve sua infância marcada por acompanhar a mãe nas internações psiquiátricas no estado de Belo Horizonte e alega ter nascido em uma das internações de sua mãe. Após o falecimento de sua mãe e com o pai desconhecido, Beija flor vai morar com sua irmã, ainda adolescente. Com uma lista extensa de passagens pela polícia, muitas delas por associação ao tráfico de drogas. Beija-flor foi acolhida por instituições penitenciárias diversas, no entanto, nos intervalos de uma passagem e outra, ingressa na universidade federal do espírito santo no curso de arquivologia. Uma irmã que acompanha mais de perto sua história vai visitá-la no presídio, a qual ela trava uma relação de amor e ódio. Beija-flor está sempre com um discurso político na ponta da língua, coloca-se no grupo como uma participante ativa e nem sempre se demonstra disposta a ouvir as outras participantes.

A instituição queixava-se de seus “rompantes” e “nervosismos”, que, segundo a equipe, agitavam todas as outras celas. Quando questionada sobre o seu comportamento “inapropriado”, Beija-flor respondia que estava falando a sua verdade para as outras e

isso a acalmava. Beija-flor já foi presa oito vezes por associação ao tráfico de drogas e relata que sua tentativa era de sustentar sua dependência química. O uso abusivo de crack, sem nenhuma possibilidade de contenção, deixava-a totalmente escrava da substância e a levava sempre para o mesmo lugar, contudo, era perceptível que estar sem a droga crack não era o assunto colocado nas rodas dos encontros, mas sim a falta da droga maconha, demonstrando uma inquietação maior por estar sem ela.

Suas dificuldades em se adaptar as regras do presídio compareceram desde o primeiro momento quando ainda estava preenchendo a ficha administrativa e, ao ser questionada sobre o que havia com um de seus olhos – que visivelmente se diferenciava por manter-se fechado - ela agrediu verbalmente a agente penitenciária e iniciou sua jornada na prisão respondendo a um PAD (procedimento administrativo disciplinar).

No grupo, Beija-flor teve um espaço tolerante com suas verdades e seus “rompantes”, justamente pelo fato de não haver um controle prévio sobre o que aconteceria naquele espaço, e daí surgia a possibilidade que qualquer coisa acontecesse, inclusive nada. Uma intervenção dela, que incidiu sobre a analista, ilustra essa construção: Beija-flor é chamada pela agente penitenciária às 10h para participar do encontro, que estava nesse momento capinando. Era um dia ensolarado, e, especialmente na região onde se situa o presídio, pouco arborizada, há pouca sombra. Quando ela chega ao grupo, mostra-se muito enraivecida e, com suas mãos cheias de terra, segura nobraço da pesquisadora, que naquele momento ocupava o lugar de analista e diz: “Eu estava lá fora, viva, com o sol batendo na minha cabeça, me sentindo viva de novo, e você me chama pra cá? Pra quê? Pra lembrar que eu tô presa nesse lugar?”

Nesse momento, a reação da analista imediata foi responder: “Se é lá que você está viva então volte, que quero te ver cada vez mais viva e é só por isso que eu estou aqui”. Essa resposta inesperada ecoou no silêncio do grupo. A resposta de Beija-flor foi dada pelo movimento de ajeitar uma das cadeiras que estavam no círculo para se sentar e

seguir dizendo: “É... pois é... mas já que me chamaram né? E eu também queria ver a roupa que você estava vestindo, então eu vou ficar?”.

Essa intervenção reverberou no grupo. Houve uma espécie de cumplicidade entre a analista e elas. O silêncio que pairou veio acompanhado de olhares e risos de canto de boca, inclusive da Beija-flor. A singularidade de cada uma poderia aparecer no grupo sem recriminações. E as intervenções vinham de todos os lados, inclusive das próprias presas.

Beija Flor sempre trazia pra o grupo muitas intervenções religiosas e sempre solicitava uma atenção individual após o grupo, geralmente pedindo conselhos a respeito do uso da maconha, pois dizia que essa droga a acalmava e que era muito difícil ficar sem ela nos momentos de suas “saidinhas”, referindo-se às saídas para as pessoas do semiaberto. Sua aparência envelhecida além de sua idade, seu tamanho pequeno e sua voz fina, baixa e a deficiência no olho esquerdo deixando-o fechado vinha acompanhada de um discurso articulado e impregnado de um saber religioso. Em um dos grupos, no momento de alinhar as cadeiras para formar uma roda, no meio do círculo iniciou um discurso, que até então para a analista era uma fala própria que só ao final revelou a autoria de Casimiro de Abreu:

“Eu me lembro! – Era pequeno  
E brincava na praia; o mar bramia  
E erguendo o dorso altivo, sacudia  
A branca espuma para o céu sereno  
E eu disse a minha mãe nesse momento:  
“Que dura orquestra! Que furor insano!  
“Que pode haver maior que o oceano,  
“Ou que seja mais forte do que o vento!”

Minha mãe a sorrir olhou p’r’os céus  
E respondeu: Um ser que nós não vemos  
É maior do que o mar que nós tememos,

“Mais forte que o tufão! Meu filho, é – Deus”  
(Casimiro de Abreu)

A poesia que falava de Deus demonstrava ser para Beija flor uma âncora, pois todas as vezes que demonstrava algum desconforto a recitava. Após recitar a poesia, com esquecimentos de alguns versos e uma gagueira particular, ela revelou que essa foi a primeira poesia que aprendeu quando ainda criança e que recitava quase todos os dias de sua vida. No caderno de histórias que cada uma das participantes dispunha, Beija-flor copiava da Bíblia repetidamente o mesmo salmo, que falava sobre obediência e justiça divina:

Esperei com paciência pelo Senhor, e ele se inclinou pra mim e ouviu o meu clamor.  
Também me tirou de uma cova de destruição, dum charco de lodo; pôs os meus pés sobre uma pedra, firmou os meus passos.  
Pôs na minha boca um cântico novo, um hino ao nosso Deus; muitos verão isso e temerão, e confiarão no senhor (...)  
Então disse eu: Eis aqui venho; no rolo do livro está escrito a meu respeito  
Deleito-me em fazer a tua vontade, ó Deus meu; sim, a tua lei está dentro do meu coração.  
Tenho proclamado boas- novas de justiça na grande congregação; eis que não retive os meus lábios (...)  
Regozijem-se e alegrem-se em ti todos os que te buscam. Digam continuamente os que amam a tua salvação: Engrandecido seja o Senhor. (BÍBLIA, 1969:367)

Beija flor frequentemente queixava-se que o setor de Assistência Social do presídio não oportunizava uma vaga de emprego a ela, que, segundo acreditava, o motivo era por a acharem louca. Ela dizia que tudo o que mais queria era poder trabalhar e não importava qual ramo, mas sentia muita vontade de trabalhar, pois dizia sentir-se muito parada. Em conversa com o setor responsável, averigui quais eram as possibilidades de trabalho para Beija-flor levando em conta suas limitações, porém ratifiquei a importância de um espaço de trabalho para ela.

A instituição, por sua vez, negava insistentemente a inserção de Beija-flor em qualquer setor de trabalho, tendo em vista que as empresas que fazem parceria para o presídio



poderiam queixar-se do desempenho da presa, colocando em risco o convênio estabelecido entre empresa e presídio. É interessante notar que o que estava em voga não era a oportunidade de reintegração da presa pela oportunidade de fazer laços sociais ou a possibilidade dela adquirir alguma função profissional ao sair do presídio. Pelo contrário, esse discurso denotava uma relação estritamente mercadológica, em que a presa, nesse bojo, também se tornava mercadoria.

Com a negação do mercado de trabalho, sugeri que Beija-flor entrasse para equipe da biblioteca, com a função de controle de entrega e recebimento de livros, arrumação de prateleiras, agendamento de TV e vídeo e muito tempo livre, o que proporcionava a ela o hábito da leitura que já lhe era familiar. A equipe indicou Beija-flor para esse cargo que ficou por alguns meses, que logo argumentou não ter se adaptado e insistiu em outro trabalho.

Não muito diferente da Beija-Flor, Rouxinol também já foi presa várias vezes, devido a sua dependência química. Não demonstra ter tido em seu contexto familiar lugares determinados de autoridade. Sua sexualidade não é bem definida por ela, que também relatou histórias de já ter tido experiência sexual com seu padrasto quando este ainda era casado com sua mãe, e mais recentemente com um cachorro, em uma de suas saídas do semiaberto.

É explícita sua precariedade subjetiva e sua forma teatralizada de falar denota sedução e encantamento aos que estão em sua volta. Sem pudor, ela fala sobre suas paixões e de uma forma quase orgulhosa diz que é HIV positivo, demonstrando que o diagnóstico permite algum enquadramento. É importante ressaltar a necessidade de Rouxinol destacar seu diagnóstico de soropositivo, pois se tratando de um diagnóstico delicado e sem prognóstico de cura, é comum encontrarmos pessoas que se reservam o direito de tê-lo como sigilo, contudo, para Rouxinol esse diagnóstico reservava a ela outro lugar. Rouxinol por vezes apresentava uma espécie de apagões súbitos, o que a tirava

completamente do grupo, como se estivesse em outro lugar. Quando retornava, demonstrava não saber onde havia parado e iniciava outro assunto em seguida.

Em uma das palestras realizadas, Rouxinol solicitou a fala e percorreu sobre sua relação com a mãe e seu padrasto, ressaltando a relação conflituosa e incestuosa que travavam. Essa detenta tem um filho, porém o mesmo acredita que Rouxinol seja sua irmã, uma vez que ela engravidou com 12 anos e foi sua mãe que o criou como se fosse seu filho. Essa situação era sinalizada pela presa como um incômodo, levando essa questão para o grupo diversas vezes. Ela dizia que gostaria de ser mãe de seu filho, mas que no fundo achava que não conseguiria assumir esse papel. Por outro lado, Rouxinol temia receber o ódio do filho, por não ter contado antes.

Rouxinol tinha uma família fictícia dentro do presídio e se referia à mãe e ao pai muito frequentemente como figuras que a aconselhavam, brigavam e às vezes até a agrediam verbalmente ou fisicamente, porém, Rouxinol acatava as repressões por acreditar que aquelas pessoas queriam o seu melhor, afinal de contas foram eleitas por ela na função de “pai” e “mãe”. Após um tempo no presídio, ficou perceptível que essa montagem de família fictícia não era incomum de acontecer, agrupando e delimitando espaços dentro da instituição.

Rouxinol se apaixonava a todo instante pelas mulheres do presídio e também pelos homens, e a cada encontro falava de uma paixão recentemente adquirida. Em um dos encontros ela relatou que tinha uma pergunta a fazer e indagou imediatamente: “você também gosta de mulheres?”. Sem deixar espaço para a resposta, outra participante disse: “Claro que não né Rouxinol, ela deve ser casada com um homem bonito”. Nesse ínterim, outras participantes iniciaram suas falas em relação ao suposto marido da pesquisadora. A pesquisadora, por sua vez, perguntou ao grupo por que essas questões a interessavam. Rouxinol respondeu imediatamente: “você precisa ser feliz, você precisa ser feliz, de qualquer jeito... só isso que você precisa”.

Tanto Beija-flor quanto Rouxinol demonstravam um sofrimento psíquico constante, e numa tentativa de se fazerem entender de formas peculiares, eram recepcionadas com ações coercitivas que tinham papel central na manutenção do sofrimento delas, a saber, na manutenção do gozo de autopunição como será articulado adiante. O ato infracional cometido por elas foi furto e roubo, para a manutenção da dependência química.

Os encontros com elas proporcionaram-nos uma articulação com a psicanálise para se pensar sobre as seguintes questões: Qual a contribuição da psicanálise para esse público supostamente invisível na instituição carcerária? Junto a isso, qual a importância do diagnóstico diferencial? E em que medida o sujeito instalado na psicose pode tecer alguma relação autoral com seu próprio ato?

Para respondê-las, também seria necessário compreender que, das sete participantes do grupo da manhã e das nove participantes do grupo da tarde, nem todas tiveram diagnósticos fechados de psicose, tendo em vista que eram encaminhadas pessoas aleatoriamente pela psicóloga do presídio conforme sua avaliação. Essa avaliação muitas vezes foi admitida pela própria profissional como uma oportunidade da presa ter seu horário ocupado com alguma coisa, “por não estar muito bem”. Esse ponto é importante na medida em que traz à luz certa impossibilidade da pesquisadora em delimitar o espaço que estava sendo criado apenas com aquelas pessoas que os analistas haviam entendido como um caso estrutural de psicose, ao contrário disso acolhia então toda a sorte de encaminhamento feito pela psicóloga do presídio.

A psicanálise vai de encontro ao que o discurso positivista impregnou no tecido social, que os ditos loucos não portam um saber. Essa maneira de pensar está a serviço de uma ficção que tem efeitos mortificantes, pois incide nos corpos práticas institucionais que na maioria das vezes os calam, seja com contenções químicas ou sob muros.

Ao nos disponibilizarmos a escutar as pessoas presas com transtorno mental grave, sem nos preocupar apenas com respostas no corpo biológico, contudo, atentos ao discurso que faz laço-social, no caso da psicose precária, deparamo-nos com inúmeras possibilidades simbólicas, por meio da cultura, religião e nas relações humanas em geral, dando espaço para cada uma delas inventar formas de lidar com o mal-estar social inerente ao ser humano. Nesse sentido, não estabelecer encontros pré-determinados nos auxiliou em um percurso profícuo.

O trabalho com as participantes do grupo tratou-se, sobretudo, de uma construção de um espaço lógico em que se podiam veicular as palavras e o próprio gozo, incluindo-se nesse circuito a própria pesquisadora e, a partir dessa presença, possibilitar certo apaziguamento do sofrimento psíquico.

A pesquisa vem dar corpo a um desejo de ampliar a experiência vivida no presídio, que não engloba apenas as oficinas terapêuticas, mas todo o enlaçamento institucional que não deixa de reverberar nos encontros com as presas psicóticas. A pesquisa aponta para novas possibilidades de intervenções extra-muros, fazendo vigorar a Lei 10.216/2001, realizando articulações com os CAPS municipais para se investir e fazer bom uso da estrutura que já existe e, principalmente, permitindo ao sujeito louco-infrator circular pelo território com acompanhamento adequado, sem a necessidade de estar no presídio tampouco em um hospital de custódia. Para corroborar essa nova possibilidade, surge em 14 de janeiro de 2014 a portaria 94 que prevê, dentre outras diretrizes, o redirecionamento da pessoa com transtorno mental grave que cometeu algum ato infracional.

### **1.4.3 A caixa de ferramentas**

Considerando a Lei nº 10.216/2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e o redesenho do modelo assistencial em saúde mental, foi feito um reordenamento nas diretrizes no cumprimento de medidas de

segurança, tal qual estabelecida em uma resolução do CNPCP desde 2004. Devido essas leis e outras diretrizes, foi elaborado em janeiro de 2014 a portaria 94, que dispõe sobre a implantação da EAP (equipe que avaliação e acompanhamento das medidas terapêuticas aplicadas à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei), redirecionando assim os modelos de atenção em vigor.

A portaria é uma ferramenta importante no que tange as novas possibilidades de cuidado e abre brechas importantes aos Estados para implantação de iniciativas no âmbito terapêutico, uma vez que os estados formarão comissões com a finalidade de garantir os direitos descritos nessa portaria. Essa portaria visa ao público que presumidamente ou comprovadamente, apresente transtorno mental, isso denota que o público alvo dessa pesquisa poderá ser contemplado sem ressalvas no instante em que a portaria ministerial for implantada no Estado do Espírito Santo. As condutas estabelecidas versam sobre a equipe de avaliação e acompanhamento das medidas terapêuticas a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei: realizar avaliações biopsicossociais, apresentar propostas fundamentais na lei 10.216/01 no que tange um redesenho nas medidas terapêuticas, sendo essas, preferencialmente de base comunitária.

Essa primeira atribuição da EAP indica a possibilidade do Estado gerir com autonomia as medidas terapêuticas a partir de contratos e pesquisas pertinentes ao tema e pactuações feitas pela comissão, entretanto, a portaria não garante que essas pactuações serão feitas a partir de um posicionamento ético e que utilize a brecha linguística “preferencialmente” como “impreterivelmente”.

O momento histórico atual da luta antimanicomial no Brasil, vide mudanças ministeriais que indicam um evidente retrocesso para o movimento<sup>11</sup>, demonstra o risco de

---

<sup>11</sup> Em 07 de janeiro de 2016 toma posse do cargo de Coordenador de Saúde Mental o Sr. Valncius Wurch Duarte Filho, que decididamente é a favor do retorno do aparato psiquiátrico nos moldes hospitalocêntrico em detrimento a rede de atenção psicossocial de base comunitária. Ele foi o diretor clínico do hospital psiquiátrico Dr. Eiras, que coleciona um histórico periclitante de maus tratos a pacientes psiquiátricos.

ferramentas como essa portaria tornarem-se apenas papéis engavetados. É nesse sentido que Foucault utiliza a metáfora da “caixa de ferramentas” para se referir a como suas pesquisas e seus conceitos poderiam ser utilizados. Opondo-se ao ritual academicista que garante ao intelectual um lugar no conjunto da tradição filosófica, ele opta por pagar o preço das novas possibilidades abertas pelo seu pensamento e pelos novos espaços de problematização. O autor, acima de tudo, convida o leitor de suas obras a uma internalização dos conceitos e utilizá-las nos movimentos sociais e nas lutas setoriais, sendo assim, o intelectual abriria mão de sua posição de protagonista. (FOUCAULT, 1999).

Portanto, seria a portaria 94, nessa perspectiva, uma caixa de ferramentas que possibilitará aos estados uma apropriação das diretrizes para intervenções significativas na atenção ao louco infrator?

#### **1.4.4 Portaria 94 de 14 de janeiro de 2014**

A portaria 94 (BRASIL, 2014) é baseada nas recomendações das Nações Unidas, que estabelece as regras mínimas para tratamento do preso no Brasil. É uma possibilidade para as articulações intersetoriais concernentes ao louco infrator na pólis. A portaria beneficia a pessoa que, presumidamente ou comprovadamente, apresente transtorno mental e que esteja em conflito com a Lei, sob as seguintes condições: com inquérito policial em curso, sob custódia da justiça criminal ou em liberdade; ou, com processo criminal, e em cumprimento de pena privativa de liberdade ou prisão provisória ou respondendo em liberdade, e que tenha o incidente de insanidade mental instaurado; ou em cumprimento de medida de segurança; ou sob liberação condicional da medida de segurança; ou, com medida de segurança extinta e necessidade expressa pela justiça criminal ou pelo SUS de garantia de sustentabilidade do projeto terapêutico singular.

A EAP tem por objetivo apoiar ações e serviços para atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei na Rede de Atenção à Saúde (RAS), terá as ações de realizar avaliações biopsicossociais e apresentar proposições fundamentadas na Lei

10.216 de 2001, orientando, sobretudo, a adoção de medidas terapêuticas, preferencialmente de base comunitária, a serem implementadas segundo um Projeto Terapêutico Singular (PTS).

A interlocução com programas e serviços do SUS (Sistema único de Saúde) e do SUAS (Sistema único da Assistência Social) e de direitos de cidadania, necessários para a atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei e para a garantia da efetividade do PTS, também é um ponto de destaque do programa, estabelecendo ainda processos de comunicação com gestores e equipes de serviços do SUS e do SUAS e de direitos de cidadania, além do estabelecimento de dispositivos de gestão que viabilizem acesso e responsabilização pelos cuidados da pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei.

A Contribuição para a ampliação do acesso aos serviços e ações de saúde em consonância com a justiça criminal, fortalecerá o cuidado do cidadão na cidade proporcionando um cuidado integral, conforme previsto na política do SUS. O acompanhamento da execução da medida terapêutica tem a pretensão de ser um dispositivo conector entre os órgãos de Justiça, as equipes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional e programas e serviços sociais e de direitos de cidadania, garantindo a oferta de acompanhamento integral, resolutivo e contínuo.

A política tem como objetivo também apoiar a capacitação dos profissionais da saúde, da justiça e programas de serviços sociais e de direitos de cidadania para orientação acerca de diretrizes, conceitos e métodos para atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, o que proporciona às equipes atuantes nos presídios e na parte administrativa realizar um trabalho embasado em técnicas e aportes teóricos. A contribuição poderá instituir e fortalecer a realização de desinternação progressiva de pessoas que cumprem medida de segurança em instituições penais ou hospitalares, articulando-se às equipes da PNAISP (Política nacional de atenção integral a pessoa

privada de liberdade no sistema prisional), e apoiando-se em dispositivos das redes de atenção à saúde, assistência social e demais programas e serviços de direitos de cidadania.

Essa portaria nasce no berço do atual governo, que em seu plano de governo lançado para 2014, lança propostas para atuar com a questão de violência, incluindo o combate ao crime organizado, especialmente o narcotráfico. Mesmo com a bandeira do combate ao crime, faz uma leitura da violência de forma abrangente, entendendo-a como uma questão Intersectorial e multifacetada apontando para as questões sociais, como habitação, saneamento, educação, saúde, cultura e lazer. Junto a esse bojo de questões sociais descreve a necessidade de mobilização do debate da reforma prisional brasileiro visando ao seu caráter “ressocializador”.

### 1.5 A POLÍTICA DE DROGAS ADOTADA NO BRASIL

Considera-se igualmente importante no redesenho das políticas voltadas para as pessoas com sofrimento psíquico, um novo enlace das políticas sobre drogas no Brasil, uma vez que essa pesquisa aponta para uma aproximação do objeto droga a esse público.

A demanda de prisão da clientela usuária de drogas vem ganhando proporções cada vez maiores em todo território nacional. Podemos levantar como discussão se esse processo está relacionado a uma preocupação com a saúde do usuário ou se o que se espera é uma atuação jurídica. Não se trata de nos opormos a intervenções no âmbito hospitalar tendo em vista a eventual necessidade, mas de propor uma escuta mais cuidadosa dessa demanda.

Estamos certos de que a internação punitiva e compulsória como a prisão, que hipoteticamente resultaria na cura do paciente, é absolutamente diferente do acolhimento clínico eventual com vistas à sua reorganização subjetiva. É urgente que a política pública responda com mais atenção ao que vem sendo entendido como caso de polícia.



A política de álcool e drogas do Ministério da Saúde, formulada no bojo da Reforma Psiquiátrica, foi tomado por um pânico intitulado “epidemia do crack” o que implicou um desvio ético de trabalho da execução da política.

A política de álcool e outras drogas do Ministério da Saúde trava há alguns anos uma relação de forte tensão e antagonismo com a política da SENAD – Secretaria Nacional Anti-Drogas. Essa secretaria está ligada à área Institucional do Gabinete da Presidência da República, instalada desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, passando pelo governo Lula e chegando ao governo Dilma com uma diferença significativa, a saber, a instalação dessa secretaria na responsabilidade do Ministério da Justiça. Com essa secretaria mais longe da saúde e mais perto da justiça podemos supor o motivo de tantas prisões e abordagens repressivas pelo uso de drogas e menos cuidado no âmbito social e da saúde.

Oliveira (2011) destaca a demissão de Pedro Abramovay da direção da SENAD logo no início do Governo Dilma como um ponto importante na reordenação das condutas políticas de drogas, uma vez que seu posicionamento, embora considerado absolutamente pertinente, era tido também como não estratégico. Suas considerações versavam sobre a flexibilização de penas de acordo com a gravidade dos crimes do tráfico, distinguindo um “jovem aviãozinho” de um chefe de tráfico, por exemplo e sua substituição por Paulina Duarte, muito mais identificada com a ideologia da internação e da judicialização do uso da droga, atestam uma preocupante direção política adotada por um país que, por outro lado, sustenta o eixo da redução de danos entre outros países grandes, eventualmente mais reacionários do que o Brasil quanto a isso.

Cabe ainda ressaltar que a Redução de danos é a política oficial do Ministério da Saúde que, de acordo com a portaria 1.028 de 1º de Julho de 2005, sustenta não só que as ações que tratam do uso de drogas sejam ações de saúde, mas fundamentalmente, que seja respeitada a liberdade de escolha do sujeito. Rosa (2014) em seu livro “Drogas e a governamentalidade neoliberal” aponta que as políticas de redução de danos propõe novas formas de relacionamento com os consumidores de drogas que

são consideradas ilícitas, uma vez que coloca em voga a radical impossibilidade da erradicação do uso e das substâncias, entendendo que na maior parte das civilizações já existente era notório o uso de tais substâncias.

## CAPÍTULO 2: A PSICANÁLISE E SUAS CONTRIBUIÇÕES

*“No osso da fala dos loucos há lírios”*

*(Manoel de Barros)*

### 2.1 TOTEM E TABU E A ORIGEM DA PENA

*Totem e Tabu*, texto escrito por Freud em 1913-14, discorre sobre a horda primitiva e a possibilidade do homem entrar no processo civilizatório a partir da renúncia de seus impulsos primitivos. Os leitores dessa dissertação podem estar se perguntando por que iniciei esse capítulo utilizando as pesquisas de Freud em *Totem e Tabu* para falar sobre as contribuições da psicanálise, em um campo já delimitado nos textos anteriores, a saber, o público de pessoas com transtorno mental grave em prisões do século XXI. Para iniciar a explicação dessa articulação, inicio utilizando as pesquisas antropológicas de Wundt, utilizada por Freud no texto citado, para decifarmos sobre totens e tabus.

Totens, via de regra, eram animais comestíveis que não ofereciam perigo ou eram considerados muito perigosos ao ponto de provocar temor, podia ainda ser um fenômeno natural, como a chuva, e que tinha uma representatividade para o grupo. “O totem é o antepassado comum do clã; ao mesmo tempo, é o seu espírito guardião e auxiliar, que lhe envia oráculos, e embora perigoso para os outros, reconhece e poupa os seus próprios filhos”. (FREUD, 1913: 8). Apesar dessa faceta de proteção, o totem implicava aos participantes do clã uma obrigação sagrada que podiam culminar em sanções, caso não fossem devidamente respeitadas. O caráter totêmico nas hordas primitivas podiam ser animais, entidades individuais e todos os integrantes de uma determinada classe, de forma que em celebrações comemorativas todos imitavam e representavam movimentos e atributos de seu totem.

Para a psicanálise, o interesse acerca do sistema totêmico relaciona-se à associação à lei contra as relações sexuais entre pessoas do mesmo totem. Estabelecendo nessas

culturas a exogamia<sup>12</sup> totêmica, o que instaura nessas culturas algo proibido ou não permitido, marcando o interdito nas relações. O tabu, um termo polinésio e análogo ao termo dos antigos romanos “sacer”<sup>13</sup>, tem como peculiar a ambivalência, pois se de um lado torna-se sagrado, por outro lado é temido por sua peliculosidade, mistério e impureza. Tabu, traz em si algo de inabordável. (FREUD, 1913: 16).

Como toda proibição requer uma transgressão, tal como Lacan nos ensina ler na máxima de São Paulo: “a lei funda o pecado” (LACAN, 1998) nas hordas primitivas a punição pela violação de um tabu era automática e o próprio tabu violado se vingava e “em outros casos, provavelmente como resultado de uma ulterior evolução do conceito, a própria sociedade encarregava-se da punição dos transgressores, cuja conduta levava seus semelhantes ao perigo” (FREUD, 1911:16). “Podemos deduzir que para Freud os primeiros sistemas penais humanos podem ser remontados ao tabu”

Em 1764, quando na publicação do livro *Dos delitos e das penas*, Cessare Beccaria já afirma que os homens cansados de viverem em risco por serem punidos pelos seus semelhantes a qualquer tempo e fatigados de uma liberdade incerta, sacrificaram uma parte de sua liberdade para gozar do resto com mais segurança. Para o autor, a soberania da nação nasce a partir desse limite colocado na liberdade de cada um, sendo então, “a soma de todas essas porções de liberdade o fundamento do direito de punir. Todo exercício do poder que se afastar dessa base é abuso e não justiça”. (BECCARIA, 2011: 27).

Beccaria posicionava-se de forma moralista e prezando pelo bem geral da sociedade, entendendo por justiça os laços que reúniam de maneira estável os interesses

---

<sup>12</sup> junção ou casamento de indivíduos não aparentados ou com grau de parentesco distante.

<sup>13</sup> **Homo sacer** é uma figura obscurada lei romana: uma pessoa que é excluída de todos os direitos civis, enquanto a sua vida é considerada "santa" em um sentido negativo. Ainda, pode ser morto por qualquer um, porém não pode ser morto em rituais religiosos. Autores como Zygmunt Bauman, Giorgio Agamben, Hannah Arendt e, recentemente, Slavoj Zizek utilizaram o termo para designar a condição de alguns povos da história recente. Slavoj Zizek aproxima o termo daqueles que, como o povo do Afeganistão, adquirem essa espécie de existência sagrada e, paradoxalmente, negativa

particulares. Caso esses laços se quebrassem não haveria sociedade: “A justiça é pura e simplesmente o ponto de vista sob o qual os homens encaram as coisas morais para o bem estar de cada um”. (2011:27)

Com esse pensamento Becariano moralista tem-se a base para formulações das leis e, entrando na seara da interlocução entre loucura e crime, os vestígios na história de que a prisão era um lugar privilegiado para o depósito das loucuras era bem anterior à formulação do código penal. Em Nuremberg, no decorrer dos anos 1377-1378 e 1381-1397, já existia a prática de colocar os loucos na prisão, aproximadamente 37 loucos estavam aprisionados. Por algum motivo não especificado Nuremberg deixa de ser o canal de desembarque da nau dos loucos e passa a expulsar os loucos que não eram originários da cidade. (FOUCAULT, 1972).

O sentido para a partida dos loucos nos navios não estavam apenas no nível da utilidade social ou da segurança dos cidadãos, mas sim evitar que o louco ficasse vagando indefinidamente na cidade e, sobretudo, marca uma passagem radical para o desenvolvimento de uma geografia “semirreal” e “semi-imaginária”, a saber, o limiar do louco no horizonte das preocupações do homem medieval. Esse limiar refere-se ao impedimento simbólico da livre circulação do louco entre as outras pessoas, desse modo sua exclusão é o próprio limite “se ele não pode e não deve ter outra prisão que o próprio limiar, seguram-no no lugar de passagem. Ele é colocado no interior do exterior”. (FOUCAULT, 1972:49).

É desse modo que a institucionalização da loucura vai se contruindo ao longo dos anos e vai sendo internalizada no social ao ponto da loucura ter como destino o aprisionamento manicomial. O aprisionamento carcerário da loucura, conforme Foucault já nos aponta, é histórico, não por sua questão com o crime, mas por ser mais um artifício de exclusão-inclusão. A lei de medida de segurança no Brasil, ao descartar qualquer possibilidade de resposta do louco infrator, corrobora a institucionalização da loucura uma vez que endossa a ideia de irresponsabilidade do louco, no sentido de sua

suposta incapacidade de responder – de algum modo- sobre o seu ato. Podemos supor que a medida de segurança proposta, aprisiona o louco contendo-o com muros e para além desse aprisionamento, exerce um aprisionamento no tempo, uma vez que não há, pelo menos na prática, data limite para sua saída.

Podemos aproximar esse aprisionamento ao da Nau dos loucos, com o trecho a seguir, se fizermos o exercício de lê-lo sem imaginar o contexto histórico veremos alguma similaridade entre a medida de segurança e a navegação dos loucos:

Fechado no navio, de onde não se escapa, o louco é entregue ao rio de mil braços, ao mar de mil caminhos, a essa grande incerteza exterior a tudo. É um prisioneiro no meio da mais livre, da mais aberta das estradas: solidamente acorrentado à infinita encruzilhada. É o passageiro por excelência, isto é, o prisioneiro da passagem. (...) Sua única verdade e sua única pátria são essa extensão estéril entre duas terras que não lhe podem pertencer. (FOUCAULT, 1972: 23).

O louco, sendo considerado irresponsável pelo seu crime, encontra-se sem a possibilidade de responder por ele, e por outro lado, não pode gozar de sua liberdade de ir, vir e ser. Nesse limbo, o louco encontra-se prisioneiro da passagem. Aguardando algum exame pericial para que endosse sua liberdade e diga para o estado que o “perigo” passou, o louco fica entregue a incerteza exterior a tudo.

A ruptura epistemológica feita por Descartes a respeito da razão é um pivô no modo de institucionalização da loucura vivida na contemporaneidade. Na construção do cogito cartesiano, Descartes convoca o homem ao mais puro da razão. Razão evanescente que aparece a cada momento de dúvida do pensamento e que se concretiza no axioma: “penso, logo existo”.

Descartes inaugura então a dicotomia entre o “são” e o “não-são”, não se referindo ao “não-são” com demérito, mas não o incluindo: ele simplesmente “não é”. É então, pela negatividade que Descartes introduz a loucura. Demonstra essa dicotomia no trecho a seguir:

E como é que poderei negar que estas mãos e este corpo sejam meus? Só, talvez, me comparando a certos insanos cujos cérebros estão de tal forma perturbados e ofuscados pelos negros vapores da bile que levam a afirmar a todo instante que são reis quando não passam de pobretões, que estão vestidos de ouro e púrpura quando na verdade se acham nus, ou imaginam ser um gomil e ter corpo de porcelana. Mas, ora! São loucos, e eu não seria menos extravagante do que eles se deixasse me governar por seus exemplos. (DESCARTES, 1635/1955: 153).

Esse lugar para a loucura cunhado por Descartes propiciou a entrada dos saberes científicos, inclusive e principalmente os saberes “psis” que reforçaram a segregação na cidadania. O lugar do sujeito louco reforçou a possibilidade do código penal de não reconhecê-lo como potente em responder pelo ato criminoso, abolindo da jurisdição algum tipo de vínculo autoral. Desse modo os loucos que cometem crimes não podem ser responsabilizados por não haver razão ou sentido lógico em seu ato. Além disso, no campo da legislação há ainda o fator da interpretação que cada ser humano que ocupa a função de juiz fará da lei e que por ventura pode culminar em um apagamento subjetivo, nesse caso de pessoas com sofrimento psíquico grave, o louco dentro da prisão sem o acompanhamento necessário.

## 2.2 A INSTÂNCIA DO SUPEREU, PSICOSE E A NECESSIDADE DE CASTIGO

Segundo a máxima Pauliniana “a lei funda o pecado”, estendendo-se para a seara do direito penal, podemos supor que é a lei que constitui o crime. Considerando que nem todas as pessoas estão submetidas à lei, como no caso das pessoas com sofrimento psíquico que são consideradas inimputáveis pelo código penal brasileiro, que em seu artigo 26 estabelece que: “é isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era em tempo da ação ou da omissão inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”, o ato cometido por essa pessoa está, portanto apagado, fora do julgamento.

No momento de seu julgamento, o cidadão de direito está inserido num processo que garante o direito de defesa e garante ainda sua própria proteção de qualquer eventual vingança privada. Desse modo, o julgamento promete proteger e dar garantias de procedimentos democráticos a que tem direito todo cidadão. A medida de segurança, que por um lado se reveste do papel de ‘tratamento psiquiátrico’, por outro lado torna-se uma prisão perpétua, pois não tem um limite fixado na lei e sua duração é indeterminada, tornando arbitrária a decisão do juiz acerca da liberdade do sujeito. Essa questão nos faz pensar se não há aí, justamente, uma privação de direitos ainda maiores que as privações concernentes à condenação comum. (QUINNET, 2006).

O que está em voga na contituição da lei de medida de segurança é a ideia de periculosidade difundida após a convocativa dos saberes ‘psis’, casando com a ideia de virtualidade do sujeito. Para Quinnet (2006) “não se trata aqui de periculosidade penal, mas de simples periculosidade para si mesmo ou para outrem. A periculosidade justifica o termo penal ‘medida de segurança’ – assujeitando, na verdade, o psiquiatra no papel de medidor da insegurança pública”. Dessa maneira retira do sujeito a possibilidade de responder pelo seu ato que, por vezes está a serviço de uma tentativa de “cura”, por assim dizer:

(...) a reação violenta aparece como último sobressalto de energia de um organismo que se anula na indiferença e na falta de ação. E que essa reação, o assassinato, resulta de uma causa: trata-se do esforço transportado para o mundo exterior de se libertar da doença. “Suprimir o mal social” que se encontra como justificativa do assassinato equivale a “curar a doença”. A partir dessa equivalência ao nível simbólico, que adquire uma concretude real, o sujeito localiza sua doença no Outro, representante do mal no corpo social, que ele trata de suprimir. (QUINNET, 2006:56)

Partindo do texto de Lacan as “Contribuições teóricas às funções da psicanálise em criminologia” e tendo como referência a releitura deste feita por Serge Cottet no artigo intitulado “Criminologie lacanienne”, iremos nos aprofundar um pouco mais na contribuição da psicanálise à criminologia, considerando o cenário contemporâneo no Brasil de encarceramento em massa, embora o que tenha ficado evidente no decorrer



da pesquisa que os crimes cometidos tratam-se, em sua maioria, de crimes convencionados socialmente, como o tráfico de drogas, por exemplo. Outra especificidade dos crimes cometidos pelas presas, sobretudo as que foram citadas nessa pesquisa, consiste nos crimes de furto e roubo para a manutenção da dependência química.

A psicanálise considera que o homem se diferencia dos animais por habitar a linguagem, sendo a linguagem um órgão fora do corpo, e que paradoxalmente, dá um invólucro ao homem. Nas psicoses podemos dizer que algo se diferencia nessa lógica invertendo essa ordem, como diz Lacan no Seminário 3:

(...) falei da linguagem enquanto ela é habitada pelo sujeito, o qual daí toma mais ou menos a fala, e por todo o seu ser, isto é, em parte sem que ele saiba. Como não ver a fenomenologia da psicose que tudo, do início até o fim, se deve a uma relação do sujeito com essa linguagem, de uma só vez promovida ao primeiro plano da cena, que fala sozinha, em voz alta, com seu ruído e seu furor, bem como com sua neutralidade? Se o neurótico habita a linguagem, o psicótico é habitado, possuído, pela linguagem. (LACAN, ANO: 284).

O diagnóstico de psicose para a psicanálise tem suas diferenciações radicais comparadas as da psiquiatria. Não se trata de um diagnóstico objetivo e certo que se limita aos elementos descritos no DSM, tornando-se muitas vezes mecânico. Os diagnósticos médicos, mais especificamente dada psiquiatria contemporânea, vêm se modificando ao longo dos tempos, demonstrando certa volatilidade. A psicanálise se baseia nas referências diagnósticas empregadas por Freud, desse modo leva-se em conta como o sujeito lida com a falta inscrita na subjetividade, o que ocasionará em uma forma peculiar de lidar com o sexo, o desejo, a angústia, a morte e a lei (QUINNET, 2009).

As estruturas clínicas construídas por Freud e desenvolvidas por Jaques Lacan, a saber, perversão, neurose e psicose são classificadas a partir da denegação, introjeção ou foraclusão do Nome-do-Pai, respectivamente. A operação clínica do complexo de Édipo definirá, junto a outros processos psíquicos, a estrutura do sujeito conforme a função do Nome-do-Pai que incide nesse complexo, de modo que a foraclusão do nome do pai é definidor da estrutura psicótica. Lacan retira o termo “foraclusão” do

campo jurídico e o relaciona à privação de uma faculdade ou de um direito que, por não ter sido executado no tempo devido, tornou-se obsoleto. Na operação edípica a função Nome-do-Pai e o Outro encontra-se foracluído, o que abre espaço para uma relação dual entre o sujeito e o objeto que o sustente minimamente na vida e nos laços sociais. Esse objeto, como veremos mais adiante, pode ser outro ser que personificado na figura da mãe, por exemplo, pode se configurar uma relação maciça. (NASIO, 2005).

O caso clínico de Daniel Gottlob Moritz Schreber, publicado por Freud em 1911, foi um caso balizador das intervenções teóricas desenvolvidas por Lacan acerca da estrutura psicótica. Em seu texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (FREUD, 1955-56), discute-se acerca das manifestações delirantes e sua relação com a estrutura constitutiva do sujeito.

### 2.3 A PSICOSE E SUA CONSTRUÇÃO TEÓRICA

Lacan utiliza o esquema L, para ilustrar a relação do sujeito com o Outro. Nesse esquema ele sinaliza que o estado do sujeito (neurose ou psicose) dependerá do que se desenrola no Outro (A), desse modo, o que se desenrola nessa outra cena, ou seja, nesse discurso inconsciente, ditará a estrutura psíquica do sujeito. Caso trate-se de uma neurose, o que se passa nessa outra cena poderá ser acessível por meio de fragmentos que nos chegam como sonhos, chistes, atos falhos, lapsos.

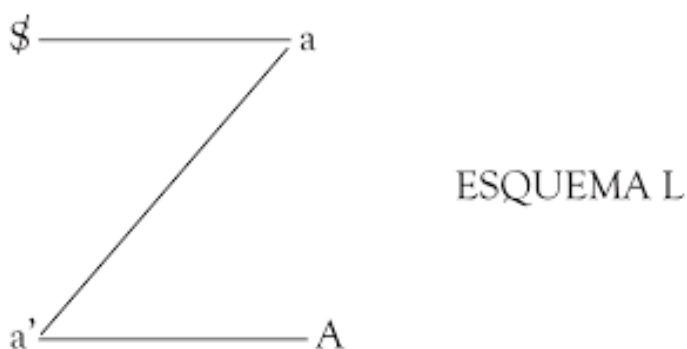


Figura 1: Esquema L (LACAN, 1998)

\$ (sujeito - “sua inefável e estúpida existência”)

A' (eu – “o que se reflete de seu em forma de seus objetos”)

a (seus objetos)

A (Outro – “lugar de onde lhe pode ser formulada a questão de sua existência”).

O lugar do Outro é então o lugar de onde lhe pode ser formulada a questão de sua existência, e caso a experiência analítica incida sobre o sujeito, essa questão chega em forma de uma pergunta articulada no contexto de sua problemática, tal como: Que sou eu nisso? Nessa questão está implicada sua existência como homem ou mulher, portanto sobre o sexo, a questão da procriação e a finitude de seu ser. No caso de Rouxinol, podemos identificar com exatidão a sua dificuldade de se posicionar de um lado dos sexos, e demonstra-se perdida com sua forma de obter prazer e de se posicionar em um dos lados do sexo, podendo fazê-lo até com um animal.

No esquema R, Lacan estará interessado em transmitir o conceito do falocentrismo que é produzida na dialética entre os termos apresentados, a saber, I (ideal de eu), M (como significante do objeto primordial) e P (como posição em A do significante Nome-do-pai). Esse último refere-se à importância que a mãe dá a palavra do pai, mais especificamente a sua autoridade, refere-se, portanto, ao lugar que ela reserva ao Nome-do-Pai na promoção da Lei.

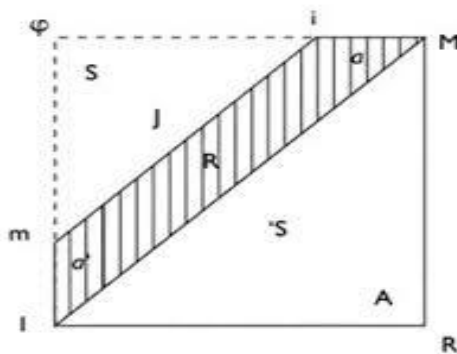


Figura 2: Esquema R (LACAN, 1998)

“φ,” – falo imaginário

a` - imagem especular

A- Outro

I – ideal de eu

P – Nome-do-Pai

Lacan nos alerta que esse lugar de Lei deve ser considerado em si mesmo, pois não é raro que figuras de pai se apresentem encarnados em papéis legisladores:

(...) ou dela se prevalece, quer ele seja, efetivamente, daqueles que fazem as leis, quer se coloque como pilar da fé, como modelo de integridade ou de devoção, como virtuoso ou virtuose, como servidor de uma obra de salvação (...), todos eles ideias que só lhe fazem oferecer demasiadas oportunidades de estar em posição de demérito, de insuficiência ou até de fraude, e em resumo, de excluir o Nome-do-Pai de sua posição no significante. (LACAN, 1998: 586).

Retornando a questão do falocentrismo produzida na dialética dos termos apresentados, essa operação se concretiza pela intrusão do significante no psiquismo do ser humano. Essa função imaginária do falo torna-se pivô do processo simbólico que dá um enquadre no questionamento do sexo, em ambos os sexos, por meio do complexo de castração, operação que só é realizada com a mediação da metáfora paterna.

No esquema I, Lacan então estica o esquema R até a construção desse esquema e formula a realidade psíquica do psicótico que tem por excelência, justamente, a carência da metáfora paterna, que realizaria a mediação entre o sujeito e o objeto. Lacan utiliza o termo alemão *Verwerfung*, que tomamos como *foraclusão* do significante, no instante em que o significante Nome-do-Pai não produz no tempo esperado sua introjeção na operação.

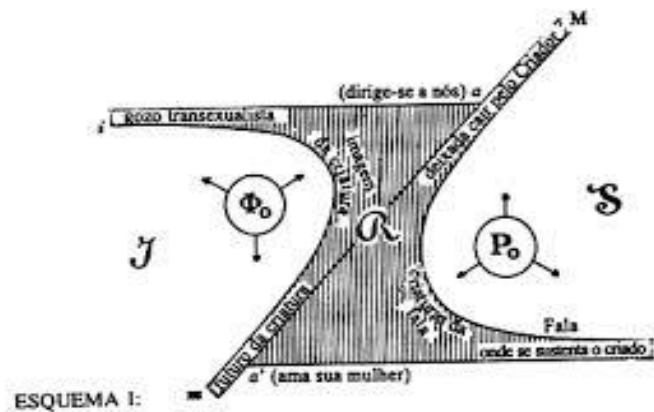


Figura 3: esquema I (LACAN, 1998)

O caso clínico de Schreber é capital para a formulação do conceito clínico da psicose, que a partir de seu próprio delírio, Freud e posteriormente Lacan utilizaram seus elementos para a construção da teoria. Na figura a cima, Lacan formaliza uma série de elementos presentes na história de Schreber. Esses elementos passaram a funcionar como baliza para a conduta da cura nas psicoses, mesmo sabendo dessa impossibilidade. Ele apresenta suas idéias nesse esquema e a estrutura do fenômeno alucinatório e a função capital para a questão da psicose, a metáfora paterna e suas consequências quando foracluída. Essa foraclusão é sentida, vivenciada e expressada por Schreber como um “assassinato d’almas”. Esse termo, que se remete a um crime, nos indica uma operação abortada quando não se completa como era esperado, deixando o outro órfão da única coisa que lhe permitiria construir sua singularidade. Lacan afirma: “Está claro que se trata aí de uma desordem provocada na junção mais íntima do sentimento de vida do sujeito”. (LACAN, 1998:523)

O caso clínico de Schreber é capital para a formulação do conceito clínico da psicose, que a partir de seu próprio delírio, Freud e posteriormente Lacan utilizaram seus elementos para a construção da teoria. Na figura a cima, Lacan formaliza uma série de elementos presentes na história de Schreber. Esses elementos passaram a funcionar como baliza para a conduta da cura nas psicoses, mesmo sabendo dessa impossibilidade. Ele apresenta suas idéias nesse esquema e a estrutura do fenômeno alucinatório e a função capital para a questão da psicose, a metáfora paterna e suas

consequências quando foraclusa. Essa foracclusão é sentida, vivenciada e expressada por Schreber como um “assassinato d’almas”. Esse termo, que se remete a um crime, nos indica uma operação abortada quando não se completa como era esperado, deixando o outro órfão da única coisa que lhe permitiria construir sua singularidade. Lacan afirma: “Está claro que se trata aí de uma desordem provocada na junção mais íntima do sentimento de vida do sujeito”.

Para que o analista se certifique sobre a estrutura psicótica, Jacques-Alain Miller em seu livro *Lacan Elucidado* (MILLER, 1997) desenvolve sobre os “fenômenos elementares” para introduzir uma possível sistematização do conceito da estrutura psicose. Trata-se de fenômenos psicóticos que podem aparecer antes de um delírio e, portanto, antes do desencadeamento da psicose.

Os fenômenos elementares são três: (I) fenômenos de automatismo mental, que diz respeito à irrupção de vozes, de discursos alheios na mais íntima esfera psíquica. Sendo muito comum acontecer na psicose já desencadeada, porém podem ter acontecido alguns poucos episódios na infância ou na adolescência, sendo necessário o psicanalista atentar-se a essas irrupções. (II) Fenômenos de automatismo corporal, refere-se a um estranhamento do próprio corpo, como se houvesse um despedaçamento. (III) fenômenos concernentes ao sentido e à verdade, não abstrações nas coisas efetivas da experiência analítica: o testemunho do paciente de vivências inefáveis, inexprimíveis, uma certeza absoluta de algo ou sobre alguém. Pode-se dizer de um sentimento de poder ler o mundo de maneira precisa (1997).

Seguindo os princípios da psicanálise, os atendimentos no presídio foram pautados no sujeito do inconsciente, tendo em vista que “a primeira incidência clínica da ética da psicanálise é o próprio sujeito” (1997). Tratamos de guiar o grupo com uma “ignorância pura”, que se refere à “ignorância douda”, de alguém que sabe das coisas, mas que, voluntariamente, suspende seu saber para propiciar que o novo ocorra. A partir dessa

posição, privamo-nos de anteceder o que as participantes queriam dizer e dessa forma abrimos espaço para que viesse qualquer coisa.

Quando Beija-flor recita sua poesia em um momento dito “inapropriado”, ela indica que aquela poesia, ensinada por sua mãe de algum modo pode funcionar como pausa no pensamento descontínuo que te fazia sofrer muitas vezes, quando não conseguia expressá-lo.

Quando no grupo ouvimos uma fala que aparentemente seria de uma estrutura psicótica, a palavra do analista surgia, por vezes para que minimamente esse “céu aberto”, que seria o inconsciente, fosse amparado. Deixá-las totalmente no vazio não ajudaria muito e poderia trazer ônus a elas.

O psicótico transita em uma cadeia de significantes, assim como o neurótico, porém para o psicótico há uma limitação visível no trânsito desses significantes e na construção do discurso. Na psicose a linguagem é emblemática no que tange a ausência de pontuação, barra e pontos de basta. Para o neurótico, a estrutura da cadeia significativa é determinante na atribuição subjetiva, ou seja, naquilo que vai traçar um caminho psíquico para o sujeito, e em geral é traçado a várias vezes, sendo distributiva. (MILLER, 1997: 243).

Numa análise dita “tradicional”, a introdução ao inconsciente é feita por meio da falta-a-ser, ou seja, se deparar com o sujeito sem substância. Na neurose, a busca pela justificação da existência é incessante, já para um paranoico ele sabe exatamente por que existe, ele já possui a causa da existência e por essa causa está certo de que pode mobilizar a atenção universal.

O presidente Schereber sabe que a sua é para se transformar em mulher, e com Deus, produzir uma nova humanidade. Quando alguém tem uma missão como esta, podemos dizer que sua existência está justificada, e, portanto sua paixão não é justificá-la. (1997: 245)

A retificação subjetiva para Lacan diz respeito ao fato de cessar a queixa dos outros para passar a queixar-se de si mesmo, sem procurar justificativas em terceiros. O ato

analítico consiste nessa inversão, implicando o sujeito em seu queixume, em seu próprio motivo de queixar-se. Na neurose podemos pensar nesse caminho, uma vez que para o neurótico a justificativa é sua paixão. Entretanto, na psicose as coisas mudam consideravelmente, pois não existe recalque, justamente pela operação edípica não ter sofrido intervenção da função paterna, devido esta ter sido foracluída.

Na psicose podemos dizer que se trata de imagos de um corpo despedaçado, onde não há coesão entre os órgãos devido ao seu embaraçamento simbiótico na relação dual, em que ao invés da introjeção do nome-do-pai, o que houve foi a foraclusão. É nesse ponto que podemos pensar a entrada de algum anteparo analítico que proporcione que o sujeito possa inventar o que fazer com o seu órgão-linguagem na psicose (MILLER, 1997).

O sujeito estaria em uma relação direta com a linguagem - o significante puro - ou seja, aquele significante que não se encadeia. O delírio para o psicótico seria uma tentativa de se inserir no campo do simbólico, sendo que o que se tenta fazer é justamente uma invenção subjetiva com esse significante puro. Sendo assim, como o secretário do alienado<sup>14</sup>, o analista pode intervir nessa invenção subjetiva proporcionando algum anteparo e sustentando-o por alguma via?

A instância do *Supereu* é forjada por Freud especificamente para a neurose, porém, a partir de sua clínica, percebeu-se que havia incidência do *supereu* na melancolia e na paranóia, que se encontram dentro do guarda chuva da psicose. Com o desenvolvimento da teoria Freudiana a culpa torna-se um balizador importante na clínica diferencial neurose-psicose, duvidando assim da existência da culpa na estrutura psicose.

---

<sup>14</sup> Lacan propõe aos analistas ocupar o lugar de secretário do alienado, se referindo a uma posição de acolhimento do delírio e torna-se uma referencia lacaniana a este manejo clínico com a psicose. Ver mais em seu seminário sobre "as estruturas freudianas da psicose", ministrado entre 1955 e 1956



Freud fala da instância do *supereu* pela primeira vez em seu texto *O Eu e o Id* (FREUD, 1923) como uma terceira instância entre o *Id* e o *ego*. A instância *supereu* foi descrita como legado do complexo de Édipo e representaria para o sujeito uma identificação ao pai em sua empreitada ao impedimento do desejo inconsciente da criança endereçada à mãe, além disso, o superego seria o catalizador das experiências culturais, sociais e morais formando uma instância com função de consciência moral. Freud elucida:

O amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no *ego*, consistente dessas duas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação do *ego* retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do *ego* como um ideal do *ego* ou superego. (FREUD, 1923: 95).

Freud, nesse mesmo texto, deixa uma pista apontando que essa instância não é apenas resultado da operação edípica, mas também carrega resquícios das vicissitudes libidinais do *Id*. (*O Eu e o Id*, 1923). No texto “Introdução do narcisismo” (1914), Freud já sinaliza que a divisão do *Eu* se anuncia no instante do recalçamento dos investimentos libidinais e aponta para uma instância que de certo modo dê uma medida ao *Ego*. (COSTA-MOURA, R, 2001).

Lacan se apoia nas ideias Freudianas, mas vai além e esboça sua conceituação do *supereu* como uma das formas do objeto *a*, situando-o como objeto voz. Desse modo indica que o *supereu* incide mais como imperativo de gozo do que como imperativo moral.

Nesse sentido, na neurose, o imperativo: “goze!” emitido pelo *Supereu*, é metaforizado e, portanto amortizado pela metáfora paterna articulando-o à demanda. Na psicose, por não haver essa metaforização, os sujeitos recebem passivamente um despejo de palavras que o invadem como vozes parasitas:

Nas psicoses, o foracluído reaparece em outro lugar in/altero e sem máscara, isto não só implica que o foracluído no simbólico retorne no real, mas sim que o retorne, neste caso, das vozes e mandatos do

*supereu*, ao colocar o sujeito à sua mercê, adquiram um grau de certeza indiscutível, pois não há disfarce que possibilite sua tramitação (GEREZ-AMBERTÍN, 2009:134).

Verifica-se na estrutura psicótica uma submissão do sujeito aos mandatos do *supereu*, suas vozes e ao gozo do Outro. O sujeito psicótico é “todo ouvido” às vozes imperiosas e portanto deixa-se gozar pelo Outro. Na neurose o sujeito se salva pela negociação sintoma-*supereu*, pois quando sua formulação é possível, ela produz a invocação ao Outro, que gera certa pacificação para o sujeito. Para o psicótico não havendo essa negociação, ele está de cara com o *supereu* ditador, o que endossa o seu gozo transbordador. Nesse panorama, qual a função da punição para o psicótico que comete o crime, tendo em vista que estamos falando de psicóticos que estão sujeitados à pena?

## 2.3 SACRIFÍCIOS E SUA FACETA PUNITIVA NA CONTEMPORANEIDADE.

Revisitou-se o texto de Freud *Totem e Tabu* (FREUD, 1911), cujo curso traça com clareza o tema do sacrifício totêmico e a relação de filho e pai. Após a morte do animal sacrificial que equivale em Freud à morte do pai totêmico, a refeição totêmica repete-se sob a forma original de sacrifício, de maneira que o significado do ato é a santificação por meio da participação numa refeição comum e desse modo todos os irmãos desfrutam e incorporam a identificação ao pai sacrificado.

Cada um dos irmãos que se tinham agrupado com o propósito de matar o pai estava inspirado pelo desejo de tornar-se semelhante a ele e incorporar partes do representante paterno na refeição totêmica. O luto da morte do animal é feito com tons festivos e que remetem a uma liberação de qualquer proibição no qual todos podem ter gratificações diversas e se liberarem de interdições.

(...) os integrantes do clã, consumindo o totem, adquirem santidade; reforçam sua identificação com ele e uns com os outros. Seus sentimentos festivos e tudo que deles decorre bem poderiam ser

explicados pelo fato de terem incorporado a si próprios a vida sagrada de que a substância do totem constitui o veículo. (FREUD, 1914:91).

A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo da organização social, das restrições morais e da religião. Com o pai morto, agora seria possível gozar de todas as mulheres e todas as bonanças tal qual ele o fizera? De modo algum. Com a morte do pai, ele resurge muito mais forte e materializado nos dois crimes com que a moralidade humana teve o seu começo: o incesto e o parricídio. Essas leis foram uma solução para que não houvesse uma luta de todos contra todos, uma vez que nenhum dos irmãos teria força o suficiente para encarnar o lugar do pai de forma exitosa.

O sentimento de culpa foi uma característica herdada pelo crime primordial e que por isso lançamos mão de rituais, religiões e costumes para que fosse possível nos redimir e ao mesmo tempo rememorar o triunfo sobre o pai.

A religião totêmica não apenas compreendia expressões de remorso e tentativas de expiação, mas também servia como recordação do triunfo sobre o pai. A satisfação por esse triunfo levou à instituição do festival rememorativo da refeição totêmica, no qual as restrições da obediência adiada não mais se mantêm. Assim, tornou-se um dever repetir o crime de parricídio muitas vezes, através do sacrifício do animal totêmico, sempre que, em consequência das condições mutantes da vida, o fruto acalentado do crime — a apropriação dos atributos paternos — ameaçava desaparecer. Não nos surpreenderá descobrir que o elemento da rebeldia filial também surge nos produtos posteriores da religião, freqüentemente sob os mais estranhos disfarces e transformações. (FREUD, 1914: 93).

Considerando que o mundo ocidental tem como base religiosa a orientação judaico-cristã, compreende-se a existência de elementos sacrificiais ainda hoje. A história cristã é constituída por elementos sacrificiais que redimia os sujeitos de seus ditos pecados, o que teoricamente teve fim com a vinda do redentor que faria a expiação deles.

A Bíblia traz em seu texto a história da expiação dos cordeiros nos rituais de purificação, para que o pecado, o mal e o que era considerado amoral fossem despejados e aniquilados naquele animal puro. Dessa maneira, acreditava-se que toda a civilização estava isenta e limpa de seus males.

Não pode haver dúvida de que no mito cristão o pecado original foi um pecado cometido contra o Deus-Pai. Se, entretanto, Cristo redimiu a humanidade do peso do pecado original pelo sacrifício da própria vida, somos levados a concluir que o pecado foi um homicídio. A lei de talião, que se acha tão profundamente enraizada nos sentimentos humanos, estabelece que um homicídio só pode ser expiado pelo sacrifício de outra vida: o auto-sacrifício aponta para a culpa sanguínea. E se este sacrifício de uma vida ocasionou uma expiação para com o Deus-Pai, o crime a ser expiado só pode ter sido o homicídio do pai. (FREUD, 1914: 98).

De que forma o pensamento sacrificial impregnou o discurso contemporâneo da necessidade de estirpar o mal do mundo, acreditando existir concentrado em um objeto? A todo instante tentamos localizar o mal em algum setor na sociedade.

A lógica do inconsciente subverte o pensamento positivista e o pensamento religioso, pois para a psicanálise o sujeito está constantemente diante de uma ambivalência, uma precariedade e uma condição violenta por pulsões internas, e é tomado por um sentimento inconsciente de culpa, o que na neurose se evidencia pelo desejo incestuoso culpado. Ele precisa, então, agir impulsivamente para punir-se, descarregando essa energia destrutiva, materializando-a num ato punível. A lógica do crime, nesse aspecto, muda radicalmente, pois o crime seria a corporização de uma energia que está em total desordem e para apaziguar uma violência interna viria o ato. (KRAMMER, 2011)

Ainda que o aparato jurídico tente explicar o ato a partir da razão para dar conta dos motivos pelos quais a pessoa comete um crime, há um ponto de desconhecimento sobre quem criminou. Nesse sentido os psicóticos são paradigmáticos. É aí que a psicanálise se respalda no conceito do inconsciente. Não se trata de “psicologizar” ou

excesso de subjetivismo, mesmo considerando a responsabilidade subjetiva. É importante discernirmos sobre o momento do ato no qual a pessoa está na posição de objeto, coisificada e não há um sujeito dividido ali. No momento do ato, ele desconhece os motivos do crime, contudo, a psicanálise insiste na noção de motivação, apostando na ideia da existência de um sujeito que, embora louco, não esteja excluído de certa responsabilidade. Na neurose, é uma aposta lançada que o sujeito ao falar de seu ato consiga se enxergar naquela cena e recorte sua posição subjetiva ali. Na psicose, espera-se que possa surgir um esboço de subjetivação.

No entendimento da psicanálise, há uma margem de liberdade na constituição do sujeito e em cada posição que o sujeito assume. A responsabilidade subjetiva refere-se a uma possível decantação de seus significantes e, portanto da sua verdade. A partir daí o sujeito discerne seu posicionamento subjetivo nessa margem que resta para o sujeito de liberdade, malgrado o determinismo significativo em sua história material, coletiva, familiar, etc.

Ao contrário do discurso médico-jurídico, a psicanálise não trabalha com uma perspectiva de cura ou um posicionamento moralista em relação ao ato dito criminoso, também não espera extirpar sintomas, tampouco atribui explicações fenomenológicas de bem e mal, certo e errado a partir do simbolismo do ato. O que está em voga no discurso da psicanálise é a verdade do sujeito, dita por ele e por mais ninguém. Portanto, não há nenhuma pretensão da psicanálise de valorar ou definir a priori algum juízo de valor, uma vez que isso é violento e produtor de segregação.

Pierre Krammerer discute que quando alguém pratica um ato punido pela lei isso não exclui o fato de o sujeito poder estar atuando a partir de um ponto de “loucura” sobre o qual tem pouco domínio e dessa maneira a punição não favorece a canalização das pulsões daquele que é punido para desejos lícitos, no máximo, permite acreditar que estamos protegendo a paz do grupo. Não se trata aqui de desmerecer essa almejada busca da paz comum ao grupo, porém nos questionamos: e se essa busca for à custa

da eleição de um bode expiatório que conseqüentemente sucederá a outra vítima expiatória? Como procederemos nessa busca sem nos perguntarmos a que lugar chegaremos? (KRAMMERER, 2011).

## 2.4 OS LAÇOS SOCIAIS E A PSICOSE, SOBRE DENTRO E FORA

Para falar de psicose, Lacan utiliza o termo foracclusão para dizer da não operatividade da função Nome-do-Pai no processo de constituição do sujeito.

Foracclusão e inclusão são dois termos em princípio dispares: o primeiro diz respeito ao sujeito em sua história e sua singularidade, o outro se refere ao indivíduo na sociedade; Foracclusão designa o mecanismo essencial da psicose: a foracclusão do Nome-do-pai (que equivale a não inclusão na norma edipiana. Se utilizarmos esse termo neológico-derivado do Frances forclusion, cuja tradução exata, como termo jurídico, é prescrição – é porque o que está foraccludo do lado de dentro retorna no lado de fora, ou seja, na forma de delírios e alucinações. O excluído está incluído do lado de fora, daí fora incluído] foraccludo. (QUINNET, 2006:45-)

Lacan teve três tempos distintos em sua construção teórica. Embora todos os três tenham um enlaçamento lógico, eles se distinguem. Pode-se, didaticamente, dividir a teoria de Lacan dos anos 1950 na construção da teoria em torno do campo da linguagem, nos anos 1960 a construção do conceito de objeto a e nos anos 70 o campo do gozo. Os discursos, que são formas do sujeito se enlaçar socialmente, encontram-se no campo do gozo. (QUINNET, 2006)

A inclusão desse subitem sobre os laços sociais e a psicose, foi motivada após a qualificação dessa dissertação, em que o Doutor convidado Paulo Eduardo Vidal, nos indagou sobre o suposto diagnóstico de psicose e a relação de drogadicção das presas citadas no trabalho. Essa indagação nos levou a incluir esse entrelaçamento tão importante e atual na contemporaneidade.

O campo da linguagem, elaborado em meados dos anos 50, possibilita à Lacan a construção do axioma: “o inconsciente estruturado como uma linguagem”, que aponta para o inconsciente como uma estruturação semântica que diz respeito ao sentido, sintática que diz respeito à relação dos termos (sujeito, predicado, verbo, objeto) e fonética que se relaciona a expressão falada da linguagem. A metáfora e a metonímia são figuras de linguagem utilizadas na estruturação da linguagem e tornam-se matizes para a psicanálise, de forma ainda mais particular nos casos de psicose.

Os discursos conceituados por Lacan em seu seminário são discursos que estabelecem laços sociais. De acordo com Quinnet, não há tratamento que não seja efetivado por meio de um discurso, nesse sentido não há tratamento que não se insira num laço social. (QUINNET, 2006).

Os quatro discursos conceituados por Lacan estão relacionados às formas de laços sociais que estabelecemos para mantermos a sociedade em marcha, segundo princípios da psicanálise: governar, educar, analisar e fazer desejar, que respectivamente refere-se ao discurso do mestre, do universitário, o discurso do analista e o discurso da histérica. Quando se diz que a estrutura psicótica está fora do discurso, o que se diz então é que há uma exclusão dessa estrutura no laço social, portanto no discurso, mas não da fala.

Para a psicanálise, o sujeito é sempre responsável por sua posição subjetiva, seja ele neurótico psicótico ou perverso, esclarece Lacan no texto dos Escritos “Subversão do sujeito na dialética do desejo” (LACAN, 1998). Ele é responsável por seus sintomas. Freud utiliza a expressão “escolha da neurose” para designar a implicação do sujeito em sua posição sexuada, sua responsabilidade por seus atos, inclusive os atos falhos, que sempre bem-sucedidos em dizer o desejo do inconsciente. Assim, o sujeito é responsável pelo seu gozo em todas as suas manifestações sociais e sexuais, subjetivas e objetivas, individuais e coletivas. Por outro lado, se o psicótico está estruturalmente fora do discurso, isto não quer dizer que a sociedade deva avaliar

essa posição isolando-o das instituições civis, ao contrário disso, proporcionar espaços lógicos e físicos para o enlamento social possível.

Historicamente, os lugares terapêuticos que eram reconhecidos pelo poder de dissipar o erro e poder fazer dissiparem-se as quimeras. As fórmulas quase mágicas e prescrições aos pacientes eram viagens, repouso, passeios diversos e por fim o corte com mundo artificial e vão da cidade. (FOUCAULT, 1972: 249) Todas as técnicas ou procedimentos colocados em operação nos asilos do século XIX tinha a função de endossar a médico como o 'mestre da loucura', sendo ele o único capaz de fazer aparecer sua verdade quando ela se ocultava e ao mesmo tempo aquele também capaz de silenciá-la quando ela comparecia com suas manifestações (1972).

A produção da verdade do poder médico deu-se em uma época em que encontrava suas garantias e suas justificações nos privilégios do conhecimento:

(...) o médico é competente, o médico conhece as doenças e os doentes, ele detém um saber científico que é do mesmo tipo que o do químico ou do biólogo: eis o que o motiva agora a intervir e a decidir. O poder que o asilo dá ao psiquiatra deverá, então, justificar-se produzindo fenómenos integreveis à ciência médica (FOUCAULT, 1972: 250).

Foucault afirma a psicanálise como uma grande forma de despsiquiatrização provocada pelo modo de tratamento de Charcot, uma vez que retirava o louco do espaço asilar na tentativa de apagar os efeitos crônicos do superpoder psiquiátrico, no entanto, segundo ele, a psicanálise reconstitui do saber médico outro saber em um espaço arranjado para que essa produção fique sempre adequada a esse poder, referindo-se ao set analítico.

O que está implicado nas relações de poder é o direito absoluto da não loucura sobre a loucura. Direito transcrito em termos de competência exercendo-se sobre uma ignorância, de bom senso que supostamente dá acesso à realidade e consequentemente corrige os supostos erros de pensamentos (ilusões, alucinações, fantasmas), da normalidade que leva à desordem e ao desvio. Esse triplo poder que constituía a loucura como objeto de conhecimento possível para uma ciência médica,



que a constituía como doença no mesmo momento em que o “sujeito” afetado por essa doença se encontrava desqualificado como louco – e desse modo era despojado de todo saber sobre a sua doença.

Seu sofrimento e sua singularidade, sabemos sobre eles o bastante para reconhecer que é uma doença; mas essa doença, nós a conhecemos o suficiente para saber que você não pode exercer sobre ela e em relação a ela nenhum direito. Sua loucura, nossa ciência nos permite chamá-la de doença, e, a partir de então, somos nós, médicos, qualificados para intervir e diagnosticar em você uma loucura que impede de ser um doente como os outros: será pois, um doente mental. (FOUCAULT, 1972: 256)

Uma vez que a psicanálise aposta na possibilidade do delírio como uma tentativa de cura, e dessa forma a construção do laço social em meio aberto ofertando ao sujeito alguma possibilidade de pertencimento ao espaço público e sobretudo questionando a ética aristotélica do bem e do mal, a crítica foucaultiana não cabe mais na psicanálise desse tempo.

Essa perspectiva nos indica que o ato cometido pelo dito louco pode ser uma tentativa de fazer laço social. Ser julgado então e receber a pena que compete a todo cidadão que infringe a lei, pode ser uma forma de incluir o sujeito no circuito do laço social? Todo ato tem uma motivação consciente, inconsciente ou delirante, pois como ato realizado é efetuado e apreendido numa rede de sentidos. O ato tem sentido: um simbólico e um libidinal. O sentido simbólico corresponde à determinação incosciente, à herança histórica e à construção fantasmática do sujeito. E o sentido libidinal equivale ao que o ato representa na economia de gozo do sujeito, ou seja, o que ele significa como satisfação pulsional. (QUINNET, 2006)

No que diz respeito à psicose, em grande parte dos casos homicida, seja ele bem ou malsucedido, é uma tentativa de cura- o que não isenta o sujeito psicótico do ato – ao contrário disso responder ao ato pode auxiliá-lo nesse recorte. (2006:163). Nos casos

explicitados, os crimes cometidos trazem o aprisionamento ao objeto droga como um destaque.

Sobre a questão da psicose o que está em jogo, como visto nos esquemas de Lacan é a de que a exclusão do Outro aprisiona o sujeito numa relação dual com esse pequeno outro imaginário ( $a''$ ). Lacan usa o exemplo de um fantoche para nos fazer ver o que se passa na fala de um psicótico pelo efeito do não reconhecimento do Outro, de modo que quando um fantoche fala não é ele quem fala, mas outro atrás dele que lhe dá voz. Na psicose isto ocorre de forma mais intensa. Não há outro atrás. É manifestamente alguma coisa de real que fala. É justamente aí a chave das manifestações psicóticas, pois isso que foi posto para fora da simbolização, esse Outro, lugar do significante, isso volta de fora, retorna no real (OLIVEIRA, 2011). Fazendo uma análise do que ocorre na neurose e na psicose em relação ao objeto, podemos supor que há uma diferença radical na forma que o objeto é manejado nas duas estruturas. Entretanto, caberia interrogar se, ainda que de uma forma diferente, não se poderia utilizar a formulação “não é sem” para se pensar que também a psicose não é sem objeto. O psicótico é, segundo Lacan (1967), aquele que carrega o objeto a no bolso e isto se demonstra através de suas vozes. Se o psicótico “carrega o objeto no bolso”, isso nos aponta que alguma operação com o objeto acontece, mesmo que de forma peculiar.

A ideia de que não haja objeto na psicose traz a radicalidade de uma relação de oposição com a neurose, entendendo que a psicose estaria aquém da neurose por ter um déficit: o objeto  $a$ . Na tentativa de uma leitura menos dicotômica, pode-se entender a psicose como outra operação, não oposta, mas diferente e cuja consequência é outro manejo de  $a$ . A grande questão da psicose é que por não estar referido à ordem fálica, o objeto na psicose não estaria revestido pelo simbólico e, desse modo, funcionaria como puro real, colado não sujeito, sem a possibilidade do intermédio do Outro. (OLIVEIRA, 2011).

Beija-flor e Rouxinol puderam nos sinalizar como o objeto *droga* funcionava de forma a conduzir suas ações e direcionando-as sempre para o mesmo lugar. Beija-flor foi oito vezes detida por associação ao tráfico e Rouxinol cinco vezes. Quando presas, a percepção é que a falta do objeto não era exatamente o foco, como víamos em muitas pessoas presas que tinham crises de abstinência recorrentes e outras manifestações pela falta da droga. O que podemos supor é que o objeto droga funcionava para as duas como uma possibilidade de enquadramento em um lugar, o tráfico e posteriormente a prisão, e não necessariamente pelas sensações corpóreas e alucinatórias para preencher um vazio inerente.

O gozo instaurado pela exclusão do Nome-do-Pai é de outra ordem e, portanto, a relação de objeto da psicose é uma relação com o real avassalador. O objeto na psicose está colado ao corpo do sujeito. Na psicose, o gozo por não ser mediado pelo significante, pela castração simbólica, não está submetido às leis do intercâmbio promovidas pelo falo e, portanto, está fora da lei do desejo, desse modo o gozo é invasor. O objeto *a* não inclui o  $-\phi$  da castração imaginária como visto anteriormente no esquema I e funciona como puro real, não podendo engancha-se ao desejo do Outro.

Se supormos que há relação com o objeto *a* na psicose, mesmo que de um modo específico, podemos concluir que a droga para esse sujeito pode funcionar como objeto, ainda que esse objeto funcione para o sujeito como um gozo real sem intermediação simbólica.

Supondo uma relação do objeto *a* na psicose, mesmo que de uma relação peculiar, podemos concluir que a droga para esse sujeito pode funcionar como objeto *a*, ainda que esse objeto funcione para o sujeito como um gozo real sem intermediação simbólica. Pensando na relação da passagem ao ato com a psicose, veremos que o objeto é o condutor das ações, uma vez que não há sujeito na passagem ao ato.

### CAPÍTULO 3: PSICANÁLISE E DIREITO

*“A carnavalização, como lugar epistemológico, seria sempre e tão somente o lugar onde possam detectar os sinais do novo. Seria sempre o ponto de chegada do novo que vem vindo”.*

*(Luis Alberto Warat)*

Quando se discute o lugar onde as pessoas com transtorno mental que supostamente cometeram algum delito são encaminhadas, estamos longe de nos inclinar a um questionamento sobre qual lugar “apropriado” para esse encaminhamento. Ao contrário disso, essa discussão nos aproxima do lugar lógico que ao Direito é designado desde sua constituição: o julgamento.

Os homens infâmes que eram encaminhados para as masmorras por meio das *lettres-de-cachet* na época do absolutismo nos remete a uma leitura histórico-política da tomada do poder sobre o dia-a-dia da vida do sujeito e que o cristianismo organizou em torno do dispositivo da confissão obrigando-os a fazer passar regularmente pelo fio da linguagem o mundo minúsculo do dia-a-dia, as faltas banais, as fraquezas mesmo imperceptíveis, até o jogo perturbador dos pensamentos, das intenções e dos desejos; ritual de confissão em que aquele que fala é ao mesmo tempo aquele de quem se fala. No final do século XVII, esse mecanismo enquadrou-se em um funcionamento muito diferente do religioso, embora o objetivo fosse o mesmo, o agenciamento administrativo que visava o próprio registro e não mais o perdão.

Para esse enquadramento, se utilizavam, e sistematicamente, procedimentos antigos, mas até então, localizados: a denúncia, a queixa, a inquirição, relatório, a espionagem, o interrogatório. E tudo o que assim se diz, se registra por escrito, se acumula, constitui dossiês e arquivos. A voz única, instantânea e sem rastro de confissão penitencial que apagava o mal pagando-se ela própria, é doravante, substituída por vozes múltiplas que se positam em uma enorme mesa documental e constituem assim, através dos tempos, como a memória

incessantemente crescente de todos os males do mundo. O mal minúsculo da miséria e da falta não é mais remetido ao céu pela confidencia apenas audível da confissão; ele se acumula sobre a terra sob a forma de rastros escritos. É um tipo de relações completamente diferentes que se estabelece entre o poder, o discurso e o cotidiano, uma maneira totalmente diferente de o reger e de o reformular. Nasce, para a vida comum, uma nova mise en scène. (FOUCAULT, 2003: 235).

Com o surgimento dos enquadres jurídicos aliado ao saber “psis” inicia-se um esquadramento dos sujeitos, com o intuito de delimitar lugares “apropriados” para cada tipo de desarranjo social. Esse esquadramento está de saída fadada ao fracasso, tanto do aparato jurídico quanto do aparato “psi”, escancarando uma impossibilidade. A contemporaneidade nos mostra que não se trata de um aperfeiçoamento que o tempo se encarregaria de promover nas técnicas, nos saberes e nas formas jurídicas, ao contrário disso nos deparamos com o encarceramento em massa sem notícias de ter resultados. O crime cometido por Antônio Caetano, mais conhecido como “champinha” no estado de São Paulo no ano de 2003, leva o aparato jurídico a uma atualização as *lettres-de-cachet* da época do absolutismo, uma vez que inventam uma instituição chamada unidade experimental<sup>15</sup> que não é previsto nem na lei de execução penal, tampouco na lei de saúde, para que o ex-réu, uma vez que o então acusado já havia cumprido a pena estabelecida em juízo, fosse depositado. Não havendo aparato médico na unidade e havendo agentes penitenciários, ficou evidente que a simples existência da instituição viola a lei do Sistema Único de Saúde (SUS

---

<sup>15</sup> A Unidade Experimental de Saúde apesar de ser considerado um equipamento de saúde não dispõe de médico de plantão, projeto terapêutico e regimento interno. O relatório do Conselho Nacional de política criminal e penitenciária, órgão ligado ao Ministério da justiça, questiona a permanência de agentes penitenciários, a falta de projeto terapêutico e fundamentos constitucionais para a criação da unidade, uma vez que violam leis em vigor. Além disso, a Organização das Nações Unidas realizou duas vistorias no local, em 2011 e em 2013, avaliou o funcionamento da unidade como irregular e pediu o encerramento das atividades. “Essa unidade foi criada sob a égide do predecessor da Fundação CASA e posteriormente foi transferida para a Secretaria de Saúde de São Paulo, em virtude de um decreto executivo. A Unidade Experimental de Saúde não é uma unidade de medidas socioeducativas, nem foi prevista pelo ECA. Tampouco se trata de uma prisão, centro de detenção preventiva, ou hospital de custódia e tratamento. Os detidos nessa unidade já tinham cumprido a sentença máxima de 3 anos como menores. Eles permaneceram, entretanto, detidos por um período de tempo ilimitado devido a sua suposta periculosidade. O SPT expressa grande preocupação com a situação legal dos detidos nesse centro e com o sofrimento mental que uma detenção sem prazo definido pode causar”. (Relatório sobre a visita ao Brasil do Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, 2012)

8080/90), o Estatuto da Criança e do Adolescente (pois se tratava de um menor de idade), a própria Constituição (que determina que uma pessoa só pode ser detida em flagrante ou por decisão judicial), a lei de execução penal (uma vez que o acusado já havia pagado a pena estabelecida em juízo), para não dizer da lei Antimanicomial.

Essa ilustração pode ser vista como uma denúncia do lugar ficcional que o direito ocupa, e mais que isso a impossibilidade de regulamentação da vida. “Nesse bojo de esquadrinhamentos utilizam-se categorias que quase sempre estão contaminadas com o direito, tal qual, culpa, responsabilidade, inocência, julgamento, absolvição”.

O panoptismo tinha como característica fundamental a vigilância dos sujeitos que não se exercia ao nível do que se fazia, mas do que se era e do que se poderia fazer. Desse modo, a vigilância individualizava o autor do ato, deixando de considerar a natureza jurídica tal como a qualificação penal do próprio ato. No século XVII, ocorreu um deslocamento significativo, que pode-se ser atribuído ao surgimento do panoptismo.

Foucault (2006) nos alerta que as instituições, das fábricas às prisões, têm por finalidade não excluir, mas ao contrário, fixar os indivíduos. A finalidade seria ligar os indivíduos a um aparelho de produção. As escolas teriam o papel de ligar os sujeitos a um aparelho responsável por transmitir o saber. Os hospitais psiquiátricos estariam a serviço da normalização dos corpos, portanto, liga-os a um aparelho de correção. Mesmo que o efeito dessas instituições seja a exclusão, o que está em voga é a ligação desses corpos a um processo de normalização. “A fábrica, a escola, a prisão ou os hospitais tem por objetivo ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção dos produtores. Trata-se de garantir a produção ou produtores em função de determinada norma” (FOUCAULT, 2006:117).

Rouxinol e Beija-flor presas em uma instituição carcerária tinham como objetivo maior dentro do presídio conseguir se enquadrar a um emprego. Na tentativa de inserção na

empresa de roupas infantis estariam fixadas ao modo de produção. Demonstravam sentimento de adequamento e de satisfação quando conseguiam algum emprego. Avia algo imbutido no cerne das presas de que o trabalho além de proporcionar remissão da pena no âmbito do direito, poderia proporcionar-lhes um ajuste social.

Agambem (AGAMBEM, 2000) é categórico quando diz que o direito não visa, em última análise, ao estabelecimento da justiça, nem sequer ao da verdade, busca unicamente o julgamento. O autor utiliza o conceito de *res judicata*<sup>16</sup> que diz respeito a uma qualidade conferida a sentença judicial contra a qual não cabem mais recursos, sendo assim imutável, pois é tida como verdade.

A produção da *res judicata* – com a qual a sentença substitui o verdadeiro e o justo, vale como verdadeira a despeito da sua falsidade e injustiça – é o fim último do direito. Nessa criatura híbrida, a respeito da qual não é possível dizer se é fato ou norma, o direito encontra paz; além disso ele não consegue ir. (AGAMBEM, 2000: 28)

O *Tractatus logico-philosophicus* de 1922, do filósofo austríaco Wittgenstein, o qual Lacan se debruça em seu seminário 17 “o avesso da psicanálise”, postula a inexistência da verdade que não esteja inscrita em alguma proposição, de modo que dependendo da articulação da proposição tudo o que for sugerido pode alcançar o estatuto de verdade. A partir da leitura de Wittgenstein, Lacan nos motiva a abandonar qualquer ideia de verdade substancial, absoluta ou pura:

(...) saibam se contentar com deslocar-se em um mundo que é estritamente o de uma cogitação, sem buscar ali qualquer fruto, como é o mau hábito de vocês. Vocês se ligam muito em colher maçãs debaixo da macieira, e mesmo pegá-las do chão. Seriam melhor que não pegassem as maçãs. (LACAN, 1992:61)

---

<sup>16</sup> Coisa julgada é a qualidade conferida à sentença judicial contra a qual não cabem mais recursos, tornando-a imutável e indiscutível. Sua origem remonta ao direito romano (*res judicata*), onde era justificada principalmente por razões de ordem prática: pacificação social e certeza do final do processo. Atualmente tem por objetivos a segurança jurídica e impedir a perpetuação dos litígios. O instituto da coisa julgada está presente em praticamente todos os sistemas jurídicos ocidentais principalmente aqueles que têm seus fundamentos no direito romano.

Mais adiante, Lacan articula o saber do inconsciente rigorosamente como verdade (1992: 61). Esse pensamento aponta para uma verdade que nada mais é que uma cogitação, sem buscar nela uma substância única, pois não há.

O cristianismo historicamente impõe a verdade absoluta, tendo Deus como entidade absoluta. Desse modo, a bíblia segue sendo o código em que se compila algumas leis que organizava a sociedade daquela época, trazendo um sentido para a existência e, paralelamente, um obstáculo ao gozo. A exemplo disso podemos citar um dos imperativos que esse código propõe em seu antigo testamento, proclamado por Moisés que foi delegado por Deus, apresentando-se como uma aporia da vida cotidiana: “amarás o teu próximo como a ti mesmo”, que revela uma impossibilidade radical na medida em que o primeiro afeto despertado quando há a entrada de um outro é o ódio, “o semelhante, que para nós é sempre um semelhante na diferença, invade nosso campo narcísico para nos roubar alguma coisa: ou o amor da mãe (...) ou nossa certeza de nós mesmos (...)” (KEHL, 2002: 20).

Pensando de uma forma simplista e ingênua, poderíamos supor que esse imperativo funcione, salvo se não levarmos em conta a existência do mal em nós, que a autora equivale ao gozo. Levando o gozo em consideração, esse imperativo não nos guiará a paz social, uma vez que se eu porto o mal, logo o meu próximo também o portará por uma via projetiva. Amar o próximo então se torna uma aporia que coloca a sociedade em conflitos constitucionais, pois nesse bojo amar o próximo pode significar submetê-lo, tomar posse, tomar como objeto de meu gozo, isso tudo porque se o próximo é o meu inexorável semelhante, a alteridade está suspensa e desse modo não o vejo como semelhante na diferença. Nessa projeção é tentador suprimir nele tudo o que é estranho ao *eu* e tentar livra-se também do Outro que o habita (KHEL, 2002).

Com a dimensão do gozo, (mal) que faz parte da constituição de todos que são introduzidos na cultura, fica inviável pensarmos no amor fraterno como uma possibilidade de apaziguamento social, a não ser que haja segregações de outros não



tão próximos que explicitem a diferença intolerável. Essa solução é o que vem sustentando a sociedade contemporânea, uma vez que os encarceramentos em massa, as guerras religiosas, a intolerância étnica comparecem na tentativa de extinguir a diferença e tornar o outro igual, e em meio a essa impossibilidade, torná-lo publicamente diferente e segregado. Não por acaso, quando essa operação ocorre os “iguais” se unem e lutam pela constância da paz e, portanto, o apagamento das diferenças.

Voltando a questão da introdução da ficção do direito na sociedade, objetivando mediar essas relações, e isso implica decidir os segregáveis, o direito entra para submeter os “infames” a processo de julgamento:

O tribunal não quer nada de ti. Acolhe-te quando vens e te deixas partir, quando vais embora. A finalidade última da norma consiste em produzir um julgamento; este porém não tem em vista nem punir nem premiar, nem fazer justiça nem estabelecer a verdade. O julgamento é em si mesmo a finalidade, e isso – já foi dito- constitui o teu mistério, o mistério do processo (AGAMBEM, 2000: 121).

O que está em voga definitivamente não é busca pela verdade, mas inserir a pessoa na seara processual. Uma vez que o direito é tido como direito processual e toda lei é o próprio processo, podemos supor, que as categorias que qualificam a obediência e a desobediência, inocência e culpabilidade, transgressão e execução perdem seu motivo de existir, como observa Beccaria (BECCARIA, 1975), que já sinalizava o lugar do direito e sua contrapartida social, dizendo que a pena não é a consequência do julgamento, mas que ele mesmo é a pena, evidenciando a natureza autoreferencial do julgamento.

Pode-se-ia dizer até que a pena completa está no julgamento; que a pena infligida- o cárcere, o carrasco – interesse apenas enquanto for, por assim dizer, prolongamento do julgamento. Isso significa também que a sentença de absolvição é a confissão de um erro judicial, que cada um é intimamente inocente, mas que o único verdadeiro inocente “não é quem acaba sendo absolvido, e sim quem passa pela vida sem julgamento”. (AGAMBEM, 2000: 28; 29)

Utilizando de um exercício de produção de conhecimento elegido pelo pesquisador Warat, a saber, a carnavalização dos discursos, o autor critica o modo positivista e desenvolve críticas severas ao modo como o direito se estabelece e se perpetua nas formações de novos reprodutores de meras execuções afiançados pelo senso comum do direito.

### 3.1 HÁ VERDADE?

O pensamento cristão bem como o pensamento positivista vão ao encontro da ética do utilitarismo, idealizada por Bentham e John Stuart Mill no século XVIII, influenciada inicialmente por leituras de filósofos da Grécia antiga.

Trata-se de uma normativa segundo a qual uma ação é moralmente correta quando tende a promover a felicidade e condenável se tende a produzir a infelicidade, considerando não apenas a felicidade do agente da ação, mas também a de todos afetados por ela. Segundo seus idealizadores, posiciona-se contrário ao egoísmo uma vez que defende que o agente da ação nunca pode agir em causa própria, bem como vai ao encontro de ideias teológicas que consideravam que Deus almejava que o homem propagasse a felicidade humana. Bentham acreditava que o indivíduo no governo de seus atos iria sempre procurar maximizar o seu próprio prazer e minimizar o seu sofrimento, colocando no prazer e na dor a causa das ações humanas e as bases de um critério normativo da ação.

Em contrapartida, prazer e desprazer foram conceitos caros à Freud e em seu texto *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1920). Inicialmente, o autor não hesita em supor que o curso tomado pelos eventos mentais está automaticamente regulado pelo princípio de prazer, de forma que o humano quando colocado em movimento por uma tensão desagradável e que toma uma direção tal, seu resultado final coincide com uma redução dessa tensão, isto é, com uma evitação de desprazer ou uma produção de prazer. Para além dessa preposição topográfica e dinâmica, Freud conclui que há

controvérsias, e a partir do conceito do princípio de realidade formulado por ele, desvela que nem sempre o humano busca o prazer em situações agradáveis, ao contrário disso a dor pode ser um caminho para o prazer.

O primeiro exemplo do princípio de prazer a ser assim inibido é familiar e ocorre com regularidade. Sabemos que o princípio de prazer é próprio de um método primário de funcionamento por parte do aparelho mental, mas que, do ponto de vista da autopreservação do organismo entre as dificuldades do mundo externo, ele é, desde o início, ineficaz e até mesmo altamente perigoso. Sob a influência das pulsões de autopreservação do ego, o princípio de prazer é substituído pelo princípio de realidade. Esse último princípio não abandona a intenção de fundamentalmente obter prazer; não obstante, exige e efetua o adiamento da satisfação, o abandono de uma série de possibilidades de obtê-la, e a tolerância temporária do desprazer como uma etapa no longo e indireto caminho para o prazer. (FREUD, 1920:15).

A ética da psicanálise vai de encontro com a ética do utilitarismo, pois propõe um sujeito dividido entre desejo e gozo e desse modo trata-se de um sujeito desgarrado das grandes formações sociais estáveis e, portanto não servem como parâmetros de definições de certo e errado, bem e mal, prazeroso e desprazeroso. O pano de fundo histórico da modernidade traz consigo as perdas das verdades estabelecidas como parâmetros permitindo que sociedade se desgarrasse dos conceitos advindos da divindade, bem como, a falta de confiança na linguagem como representação. (KHEL, 2002)

Essa falta de representação implicou em um sujeito desamparado pela linguagem, o que Foucault analisa acerca do cogito cartesiano em “As palavras e as coisas” (FOUCAULT, 2000), dando notícias sobre as mutações no estatuto da linguagem que tiveram no período da Renascença e se completaram na modernidade, o que implicou em um processo progressivo de falta de *ser* e de *verdade*.

Esse processo teve início na Idade média e se estendeu até a Renascença com a filosofia escolástica que considerava que a linguagem emanava das próprias coisas, como sendo a “prosa do mundo”, instituída e depois revelada pelo Criador. Com o

período clássico e suas monarquias absolutistas, a linguagem deixou de ser nomes dados por Deus às coisas do mundo e passou a se tornar representações (FOUCAULT, 2000).

A verdade surge como efeito de um estilo e que quanto mais próxima da representação torna-se a maior harmonia do uso da linguagem (KHEL, 2002). O que acontece na modernidade em relação à linguagem não é mais nem o conjunto dos nomes às coisas, tampouco a representação harmoniosa da verdade, mas a expressão de quem fala. Desse modo o sujeito não está no mundo apenas desamparado como ser de linguagem, mas desamparado pela própria linguagem:

O homem moderno padece da falta de referências estáveis para a linguagem; ainda que tentemos negá-lo, aderindo a crenças e dogmas, o próprio fato de nos ser permitido escolher nossa filiação a um corpo dogmático já torna evidente sua arbitrariedade. Essa negação, que nos ajuda suportar no dia a dia a precariedade da linguagem na constituição da relação com o real e com o outro, não impede o sentimento de desamparo de um sujeito que sabe que nada funda a verdade além de sua articulação com a linguagem, mesmo que precária. (KHEL, 2002: 67).

Como o já citado filósofo pragmatista Wittgenstein nos indicava por meio da leitura de Lacan, não haver um significante último, fora da linguagem, que garanta a ancoragem para as significações. Desse modo o próprio sujeito deverá se enveredar pela linguagem adquirida e produzir sua verdade. Não é por acaso que a psicanálise teve como terra fértil para sua fundação a modernidade, pois na medida em que a verdade deixa de ser absoluta é possível que a verdade do sujeito, ou seja, a verdade do inconsciente surja como um saber.

Nas sociedades modernas e apartadas de suas determinações tradicionais, o lugar das verdades ancestrais não é fictício como nas sociedades estruturadas por Levi-Strauss, e sim inconsciente: “O inconsciente como discurso do Outro” é uma proposição que só se sustenta na modernidade. O Outro que fala e age em mim sem que o *eu* se reconheça nele nos remete ao sujeito da psicanálise, dividido, não idêntico a si mesmo. É este o sentido da impossibilidade do sujeito moderno de resolver-se na identificação a

um significante e na falta dessa identidade somos condenados a permanente criação de significantes que nos identifiquem, sempre parcialmente.

Lacan ratifica que os princípios da psicanálise se diferenciam da ética Aristotélica, que foi um dos condutores ao utilitarismo de Bentham, bem como “a teoria das ficções, demonstrando a linguagem, o valor de uso, ou seja, o estatuto do utensílio”. (LACAN, 1982:11).

O autor Luis Alberto Warat, em seu livro “A ciência jurídica e seus dois maridos”, usa a novela de Jorge Amado “Dona flor e seus maridos” para propor uma reflexão e analogia dos personagens Vadinho e Teodoro, que em suas palavras são definidos respectivamente: “solto, preguiçoso, cara-de-pau, jogador e perdulário... indo até o fundo dessa malandra experiência (...) sentindo-se parte do mundo no fruir de seu corpo” e o outro “meticuloso, dono de uma cultura sem supresas, um homem que nunca sai de suas gavetas, tedioso, que pede permissão e hora para amar” (WARAT, 2000). Warat utiliza os personagens para analisar as ciências jurídicas e suas facetas e aposta na visão carnavalizada dos conceitos e da própria formação no processo de ensino da ciência jurídica, apostando em uma potência do novo. O senso comum do direito é o que parece atravancar os avanços nessa seara dando corpo a um empuxo ao retrocesso. Warat aponta de modo geral para uma cosmovisão carnavalesca da vida, remotando certas visões sobre a produção do saber jurídico e social, bem como suas práticas de ensino, de modo que o envelhecimento das crenças sobre o saber tornam-se perceptíveis quando um novo saber é construído:

Os sinais do novo, que a visão carnavalesca do saber convoca, renegam todo e qualquer tipo de ambição unificadora das significações. A carnalidade procura sempre o tom fragmentado para desfazer as representações ideológicas; para fazer explodir às avessas a microfísica dos segredos que sustentam as ordens totalitárias das verdades. O primeiro traço decisivo, a meu ver, de uma prática discursiva carnalizada passa por seu auto-estabelecimento como uma ordem semiológica democrática. Pode-se dizer que, a partir do momento que nos situamos no interior de um processo de significações carnalizadas, não é mais possível a sociedade representar-se na

imagem de uma comunidade orgânica e unificada, na imagem de um mundo “um” firmemente definido na razão e na imagem de uma sociedade que conta papéis claramente determinados. (WARAT, 2000:128)

O autor, diante de um panorama jurídico contemporâneo que se estabelece num “saber cheio de certezas” diante das nuances da vida humana, propõe e convida à carnavalização dos discursos. O autor se situa do lado dos juristas que se sentem sem critérios para enfrentar esse panorama atual do direito, porém propõe uma discussão acerca da derrocada do Direito e seu momento crítico.

A contestação das verdades estabelecidas como absolutas começam apresentar sinais de crise e envelhecimento ao serem contestadas, quando há a possibilidade de vislumbrar outros possíveis caminhos. Há ambiguidades e antagonismos que alicerçam a ordem política e o próprio poder da ficção jurídica. Essas significações que proporcionam poder a essas instituições, constroem-se em torno de uma sórdida luta entre vozes, discursos e acontecimentos autoritários ou democráticos.

Os discursos proferidos nas instituições do direito, médicas ou sociais são antecipados por redes de significações históricas tornando os discursos sempre contaminados por uma trama de significações. Antes de qualquer enunciação há um fazer histórico que é dispositivo de enunciação e poder. (WARAT, 2000). Já em um processo de significação carnavalizado, não existem mais fundamentos seguros para definir os lugares sólidos, pois estamos diante de uma versão aberta, de uma versão democrática do mundo. O pensamento epistemológico nasce como interrogação e desconcerto frente ao conjunto de crenças diante das quais as ciências sociais fazem repousar sua certeza e sua ordem.

A visão objetiva e positiva que liga o louco à periculosidade incide nas práticas executoras de penas, de modo que os isolam e os segregam do restante da sociedade com a falsa promessa de “recuperação” por meio de medida de segurança, pactuando

aí um enlace entre a categoria jurídica e a categoria médica que não se enquadra em uma visão democrática que possibilite intervenções outras.

Por muito tempo e ainda hoje a medicina, a psiquiatria, a justiça penal, a criminologia, encontra-se no limite da manifestação da verdade dentro das normas do conhecimento, tendo sempre a prova como um veículo de produção da verdade. A crise histórica política já anunciada por Foucault, refere-se não somente os limites e as incertezas dessas disciplinas, sobretudo, questiona o próprio campo de conhecimento, sua forma e a norma sujeito-objeto. Nesse bojo, interrogam-se as relações entre as estruturas econômicas e políticas de nossa sociedade. (FOUCAULT, 2014).

### 3.2 AS LEIS

O Direito tal qual estabelece o poder judiciário e está propriamente afiançado por um efeito ideológico, impõe classificações jurídicas sob elaborações de leis, das quais nos servimos para o estabelecimento do bem social, o apaziguamento, garantia de igualdades e toda crença de que é possível localizar o mal e extirpá-lo, tal qual nos é deixado como legado na carta magna.

Nesse contexto, a loucura quando envolvida em um possível crime torna-se o mal localizável pela métrica da peliculosidade, o que permite a construção de uma lei para proteger não só a sociedade, mas também um suposto cuidado com o próprio louco. Partindo desse princípio o código Penal em seu título da imputabilidade Penal descreve em seu artigo 26:

É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Dessa maneira, aquele que é definido por um saber psi e jurídico como incapaz, irresponsável pelo ato cometido torna-se portanto isento de pena, determinando uma medida de segurança, tal como descrito no art 149 do código penal (CÓDIGO PENAL, 1940)

A lei dispõe ainda que, caso haja dúvida sobre a integralidade mental da pessoa em seu julgamento, o juiz ordenará por meio de ofício ou via requerimento do Ministério Público, ou ainda do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, que ele seja submetido a exame médico-legal. O exame poderá ser ordenado ainda na fase do inquérito, mediante representação pela autoridade policial ao juiz, que por sua vez nomeará um curador do acusado quando for determinado o exame, suspendendo o processo caso já esteja iniciado sob a ação penal.

No artigo 682, fica estabelecido que caso o sentenciado a que sobrevier doença mental depois de preso em cadeia comum verificada por perícia médica, será internado em manicômio judicial ou, na falta desse estabelecimento, em outro adequado onde lhe seja assegurado à custódia<sup>17</sup>. De acordo com o artigo 151, se os peritos concluírem que o acusado era, ao tempo da infração, irresponsável nos termos do art 22 do código penal, o processo prosseguirá com a presença do curador: “A ordem da internação, expedida para executar-se medida de segurança detentiva, conterá: a qualificação do internado; o teor da decisão que tiver imposto a medida de segurança; a data que terminará o prazo mínimo da internação”.

O que vemos acontecer na prática é um encarceramento em massa respaldado pela lei e endossado pela sociedade. No que tange aos loucos, eles são encaminhados para o hospital de custódia sem prazo determinado de saída, conforme especificado em lei. O processo de cessação de periculosidade fica a cargo de solicitação do MP, familiar ou curador, e quando este está desprovido de uma assessoria com alto poder contratual, o que ocorre é uma prisão perpétua. Por outro lado, as pessoas que se encontram presas dentro de presídios e que por ventura fora identificadas com transtorno mental grave, estão respaldadas por lei a serem transferidas para o hospital psiquiátrico de custódia ou, caso não tenha esse estabelecimento disponível, para outro em que seja

---

<sup>17</sup> 1. Ato de guardar algo ou alguém; 2. Guarda ou detenção de coisa alheia que se administra e censura até a entrega de seu dono legítima; 3. Guarda e proteção.



assegurada a custódia. Nesse caso, percebemos que o enfoque está na custódia, e ainda que estivesse no tratamento, precisaríamos discutir a qual tipo de tratamento a lei se refere.

O que está em voga então nesse capítulo é uma discussão acerca da intervenção da lei nos corpos loucos e infratores na lógica de encarceramento total e as possibilidades disponíveis fora do aparato da instituição total, o que nos aponta para uma intervenção que compreende um processo de significação carnalizado, ou seja, quebrando verdades estabelecidas como a periculosidade e a institucionalização e dando outra roupagem ao acolhimento desse sujeito.

### 3.3 PAI –PJ, PAI-PAC E A LEI

As inovações conceituais, clínicas e sociais introduzidas pelos movimentos sociais, tal como a luta antimanicomial e as contribuições da psicanálise sobretudo lacaniana no que tange aos avanços na clínica das psicoses, reclamam um novo arranjo institucional para tratar a questão do louco infrator de formas diferentes das que foram estabelecidas pelos reformadores do final do século XIX. (BRISSET, 2010).

A construção de novas diretrizes que assegurem a potencialidade de sociabilidade do ser humano esteja ele respondendo a um delito ou não, estão sendo exigidas. No final de 1999, inaugurou-se na agenda pública um processo de discussão coletiva, problematizando os tratamentos político, jurídico e clínico-social do louco infrator.

A responsabilidade do pontapé inicial coube à Campanha de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, que levantou a bandeira: Manicômio Judiciário... o pior do pior... Seu lançamento aconteceu na abertura do IV Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, em Maceió, em novembro de 1999, onde foram apresentados três eixos norteadores da problematização sobre a complexidade relativa ao tema da campanha.(BRISSET, 2010:13).

A experiência inovadora do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental Infrator PAI-PJ, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, produziu referências importantes para repensar as diretrizes de uma política aplicada ao campo. Desse modo, a interlocução da psicanálise e com o direito demonstrou-se ativa.

A concepção do projeto deu-se num dado momento em que o único manicômio judiciário mineiro, *Jorge Vaz*, encontrava-se superlotado, ficando aos juízes criminais a tarefa de encaminhar os próximos loucos infratores a outro estabelecimento, tal qual previsto em lei. A justiça passou a encaminhar os pacientes para o hospital da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, onde passaria a realizar o cuidado e custódia dos internados. Diante desse espaço aberto, os pesquisadores decidiram aproveitar o momento de crise instalada e dispensar as soluções anteriores buscando novas saídas. Arriscaram-se a construir uma prática inédita em cada caso, levando em conta o saber do sujeito, acolhendo as respostas durante os acompanhamentos.

Logo de início, confirmamos que não se avança no acompanhamento desses casos, sem um espaço de convivência orientado. Para sustentar uma prática orientada pelo saber do sujeito sobre a resposta que trata seu sofrimento, não poderíamos isolar o paciente judiciário, precisávamos nos colocar ali, ao seu lado, secretariando-o, recolhendo as pistas de sua solução singular de tratamento e sociabilidade. (BRISSET, 2010: 60)

A experiência proposta presumia que a solução se apresentaria no espaço da convivência e não no silêncio do isolamento consentido pela presunção da periculosidade. Desse modo era válido recolher as respostas que compareciam na própria convivência e que indicava “uma pista sobre o que provocava o embaraço, o que despertava sua angústia, que artifícios e soluções o acalmavam”. Com essas respostas colhidas era possível a construção de um laço social razoável antes e durante o cumprimento da sentença.

O Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ) inspirou o desenvolvimento do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário no Espírito Santo (PAI-PAC). O autor de ato infrator, portador de sofrimento mental seria atendido por um programa que conjugaria tratamento, responsabilidade e inserção social sob medida de segurança.

O programa capixaba traçava alguns objetivos que visavam inicialmente à desospitalização e à inserção social e familiar de vinte pacientes do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP). Além disso, o objetivo versava em ampliar o número de atendimentos bem sucedidos na rede de saúde mental; ampliar o número de pacientes com vínculos familiares fortalecidos; aumentar o número de documentos e benefícios sociais obtidos para os pacientes e diminuir a taxa de reincidência.

Conforme preconizado na Lei Antimanicomial 10.216/01, os programas de atenção ao louco infrator teriam como base as frentes de saúde mental e da execução penal, fazendo interface com as atuações concernentes às decisões voltadas para a sociedade, com isso, a articulação intersetorial era um objetivo vital.

No Espírito Santo, contudo, a experiência não foi em frente. Embora tenha existido movimentação pró-ativa de membros do judiciário, do Ministério Público, da Ufes e da Rede de Saúde Mental do Espírito Santo, não foi o suficiente para a aplicação do modelo exitoso de Minas Gerais do PAI-PJ. O trabalho proposto pelo PAI-PJ teve como ápice o enodamento entre o ato e a resposta ofertada pelo infrator, de modo que essa resposta proporcionava um apaziguamento ao sujeito e, além disso, construir algum sentido para o sem sentido de seu ato.

A resposta à justiça, diante do Juiz, cursava um caminho contrário àquela resposta foracluída na operação da constiuição do sujeito, onde a função Nome-do-Pai se encontrava com o tempo expirado para concretizar a operação de introjeção da Lei,

portanto não incidindo sua autoridade diante da relação dual e maciça do sujeito com o objeto. Proporcionando a entrada do juiz no processo do louco infrator, se aposta que algum efeito, mesmo que mínimo seja possível, uma vez que o juiz afiançado pelo seu papel de autoridade possa acolher às explicações e aplicar as consequências almejadas pelos infratores. É justa essas consequências que proporcionam ao louco uma inserção no laço social.

Pareceu-nos, logo de início, que inscrever na ordem do mundo a resposta fora da lei, ao responder pelo seu ato esquisito, podia ser um caminho para encontrar um jeito de ser recebido nessa ordem social de um jeito razoável. Encontrar-se com o dispositivo jurídico, submeter-se aos seus procedimentos ao fazer uso das suas ficções, foi-se revelando como um dos recursos humanizantes essenciais para restaurar o laço social que se rompeu com o crime. (BRISSET, 2010: 24)

### 3.4 RESPONSABILIZAÇÃO EM PSICANÁLISE: ONDE ESTÁ O SUJEITO?

Historicamente, o nascimento da psicanálise relaciona-se à descoberta da histeria, que quando objeto de estudo da psiquiatria as explicações eram sempre voltadas a questões corporais de cunho orgânico. Nesses termos, a histeria foi de certo modo uma reação às práticas psiquiátricas, foi o enlace para o “movimento da antipsiquiatria” e o que coloca em xeque a questão da verdade para a psiquiatria, uma vez que se depara com a impossibilidade de cura e, portanto o seu próprio fracasso. (CARVALHO, 2009).

A psicanálise desde Freud propõe então a suspensão do saber, uma vez que ele decide por apostar no saber da histeria, ou seja, a verdade do sintoma dela. Esse posicionamento ético de Freud sustenta, dessa maneira, a responsabilização do sujeito e fazer-se sujeito a partir de seu sintoma, dito de outro modo, a partir de seu ato.

Conforme já foi elucidado no capítulo anterior sobre as peculiaridades do diagnóstico diferencial entre psicose e neurose, não podemos falar de sintoma na estrutura

psicótica. O que está em jogo nessa estrutura não é da ordem de um “acting out”<sup>18</sup>, mas de uma passagem ao ato<sup>19</sup>. E é justamente esse ato, os meandros do ato e os percalços que ele nos traz que nos levará até o sujeito. Não existe outro modo que este para que possamos nos aproximar do sujeito, senão pelo seu ato. Essa posição que toma o analista regido pela ética da psicanálise implica numa inversão do problema da responsabilidade e da capacidade de resposta e escolha do acusado frente a seu ato:

(...) na medida em que a prática da psicanálise consiste em sustentar que a própria doença, o próprio sintoma, o próprio ato a respeito do qual o sujeito é incapaz de determinar-se de maneira diversa, constitua material e motivo de trabalho do sujeito, na medida em que se fará sujeito, justamente, da sua capacidade de advir de ou a partir de seu ato. (CARVALHO, 2009:57)

Agambem, no que tange o conceito de responsabilidade, que certamente não há convergência com o conceito de responsabilidade para psicanálise, nos alerta que está irremediavelmente contaminado com o direito.

Em todo caso, a ética, a política e a religião puderam definir-se unicamente ao roubarem terreno à responsabilidade jurídica, não, porém, para assumirem responsabilidades de outro tipo, mas sim ampliando zonas de não-responsabilidade. Isso, naturalmente não significa impunidade, Significa, isso sim – pelo menos no caso da ética-, dar de frente com uma responsabilidade infinitamente maior do que aquela que algum dia pudéssemos assumir. No máximo, podemos ser-lhe fiéis, ou seja, reivindicar a sua não-assumibilidade”. (AGAMBEM, 2000: 27)

O termo responsabilidade deriva do verbo latino *spondeo* e significa “apresentar-se como fiador de alguém (ou de si mesmo) com relação a algo perante a alguém”. Nesse

---

<sup>18</sup> O acting out é um ato no qual o sujeito em análise age ao invés de recordar e colocar em palavras uma cena infantil. A grande contribuição de Lacan para o campo do ato na psicanálise foi demarcar um nuance no campo do acting out e desdobrar tal conceito, situando a passagem ao ato e o acting out como situações clínicas diversas.

<sup>19</sup> A passagem ao ato, por sua vez, peculiar recurso que o sujeito pode vir a utilizar para se defender da angústia, comporta a problemática da identificação total do sujeito com o objeto *a*, identificação com o resto, com o nada, com um objeto do mundo. Assim, Lacan defende a ideia de que o sujeito sai para o mundo, que é o lugar do real, do sem sentido, lugar do objeto *a*. Rompe com a cena, que tem sempre o Outro como horizonte, único lugar onde o sujeito pode contar a sua história e tecer os sentidos que compõem a própria vida. A passagem ao ato é um corte em relação ao campo do Outro, que é o que determina o sujeito enquanto tal. Ver mais no seminário X.

bojo, o autor indica que o termo jurídico culpa estão fora do campo ético e dentro do campo jurídico indicando imputabilidade. Para Agambem o gesto de assumir responsabilidade é então interiramente jurídico, e não ético:

Ele não expressa nada de nobre e luminoso, mas simplesmente o fato de ligar-se em favor de alguém, de entregar-se como prisioneiro para garantir uma dívida, em cenário no qual o vínculo jurídico ainda estava ligado intrinsicamente ao corpo do responsável. Como tal, ele está estreitamente vinculado ao conceito de culpa que, em sentido lato, indica a imputabilidade de um dano- o dano que cada um causa a si próprio por sua culpa não é juridicamente relevante. (2000:31-32).

Entretanto, para Lacan “de nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis”. E indica que a responsabilização é um ato ativo e um processo constante. Embora Lacan utilize essa frase indicando a posição ética do analista, podemos pensar que há aí um apontamento que evidencia a responsabilização do sujeito psicótico por, no ato cometido, ter de algum modo deixado escapar algo de mais singular.

As propostas realizadas no PAI-PJ e a tentativa do PAI-PAC no ES, fluem nessa direção, trabalhando na margem de possibilidade do sujeito recortar a sua parte de responsabilidade no que conseguiu explicitar em ato criminoso. E como já vimos anteriormente, para psicanálise não trata-se de culpa, uma vez que esse conceito para psicanálise refere-se à culpa inconsciente incestuosa.

Agambem delimita o espaço da ética e do direito e afirma que esta primeira não é a esfera da culpa e da responsabilidade e uma vez que esses termos se estabelecem já estamos no campo do direito. O autor critica as doutrinas éticas que pretendem se fundar nos cocneitos de responsabilidade como ética, uma vez que acredita que os termos são cunhados pelo direito e só em um segundo momento foram interiorizados e transferidos para fora dele.

Lacan, no seminário XX, refere-se ao direito “como um meio de repartir, distribuir, retribuir, o que diz respeito ao gozo”. Indicando que o gozo e o direito travam uma

relação de usufruto, sendo que o direito pode usufruir de seus meios, mas que há de se atentar a não exagerar. O direito de punir afiançado pelo poder do campo do direito surge sem essas ressalvas e torna-se um processo cruel de sacrifícios e torturas, o que se torna objeto de questionamento para o jurista Beccaria:

Mas qual é a origem das penas, e qual o fundamento do direito de punir? Quais serão as punições aplicáveis aos diferentes crimes? Será a pena de morte verdadeiramente útil, necessária, indispensável para a segurança e a boa ordem da sociedade? serão justos os tormentos e as torturas? Conduzirão ao fim que as leis se propõem? Quais os melhores meios de evitar os delitos? Serão as mesmas penas igualmente úteis em todos os tempos? Que influências exercem sobre os costumes? (BECCARIA, 2011: 25)

Nessa obra o próprio autor suspeita que o motivo das incongruências jurídicas que já ocorriam naquela época, como a permanência de presos inocentes, a mistura de presos que cometeram crimes distintos em sua hedionsdade entre outras discrepâncias na lei, seriam pelo próprio sistema da jurisprudência criminal que se apresenta para a sociedade mais por sua força e poder do que como o lugar da justiça. Assim completa:

(...) é porque se lançam, indistintamente, na mesma masmorra, o inocente suspeito e o criminoso convicto; é porque a prisão, entre nós, é antes um suplício que um meio de deter um acusado; é porque, finalmente, as forças que defendem externamente o trono e os direitos da nação estão separados das que mantêm as leis no interior, quando deveriam estar estreitamente unidas. (BECCARIA, 2011: 35).

Nesse sentido, as divergências no campo da filosofia e da psicanálise a respeito do conceito de responsabilidade e culpa nos levam a refletir a cerca da construção da associação de responsabilidade e culpa, impedindo que o louco infrator seja responsabilizado pelo ato sem ser culpado. Essa responsabilização se daria no viés de algum possível recorte de sua singularidade experienciado em seu ato dito criminoso. A imputação da culpa, nos moldes do direito, levaria o louco infrator à responder a atribuição do ato cometido de forma comum.

A história do direito já nos traz indícios de erros na aplicação da lei indicando que em um determinado momento a prisão e a punição caminhavam mais para um suplicio, do que propriamente deter o acusado. Na contemporaneidade vemos que não importa muito qual a instituição os loucos estão sendo destinados, desde que seja garantido seu lugar de exílio,

Aposta-se no novo direito que mesmo de forma tímida faz uma leitura diferenciada do sujeito entendendo a necessidade de interlocução com outros saberes, além de uma leitura mais ampla e acolhedora sobre a diferença. Warat (2000) apostava na carnavalização como um discurso epistemológico marginal sem a pretensão e o objetivo de possuir a realidade. Ao contrário, entendia como território de significações aqueles que não caberiam sempre explicações plausíveis. Diferente da ciência, que necessita a todo tempo de corroborar seu conhecimento, a visão carnavalesca seria um espaço onde as verdades ficam sempre fora de lugar. Desse modo, podemos supor que haveria lugar para aqueles sem lugar.

A carnavalização propõe a intertextualidade dos discursos, relativizando o seu caráter dogmático e desde o princípio colocou-se como uma tentativa de quebra do autoritarismo das verdades científicas ditas absolutas. Na contramão disso, a carnavalização dos discursos vai ao encontro da democracia. (WARAT, 2000).

O conceito cunhado por Warat foi escolhido para tentar circunscrever a ideia do racionalismo da ciência moderna em detrimento a valorização da subjetividade humana. Essa tentativa visa trocar a posição do observador pela do participante. Nesse sentido, avalia-se que o direito pode se beneficiar desse conceito e torna-se uma ciência mais orgânica e menos opaca, exigindo o cumprimento da lei – em sua autoreferência – mas sim, havendo antes alguma ressonância da singularidade do sujeito com seu ato.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saída do asilo seja ele manicômio ou prisão, e a inclusão do sujeito na sociedade não é simples - nem para os outros nem para ele. A reforma psiquiátrica com a nova perspectiva do cuidado na pólis convoca o louco a deixar os asilos e conviver com esse Outro social, muitas vezes hostil e ameaçador. Desse modo, como respeitar a singularidade do sujeito e ao mesmo tempo responsabilizá-lo e fazê-lo incluir-se na sociedade?

Os fragmentos dos encontros com as detentas nos indicam alguma incidência da potencialidade da escuta e do espaço para a singularidade, uma vez que os ancoramentos significantes de ambas puderam ser acolhidos e puderam fazer algum contorno para o transbordamento de gozo típico da estrutura psicótica. A relação com o objeto droga, veículo o qual as levaram até o presídio, pode ser entendido menos como objeto de satisfação pulsional ligado às sensações corpóreas do que uma tentativa de invólucro simbólico.

Vimos que a partir dos conceitos da psicanálise, a psicose trava uma relação com o objeto e embora não seja objeto causa de desejo, pode funcionar como um objeto colado a ele sem mediação simbólica.

Diante dessa especificidade da loucura dentro de uma instituição carcerária, podemos supor que houve e há denegações desde a entrada da pessoa na seara processual, passando pela denegação da política 10.216, até a denegação da própria manifestação da loucura propriamente dita quando se trata de medicação, cuidado e acompanhamento.

Beija-flor nos traz sua relação com a droga e encontra no grupo um espaço diferenciado onde se sente a vontade em recitar a poesia ensinada pela mãe, a

escrever seus salmos e falar sobre Deus, sem que seja advertida pelas agentes penitenciárias. Rouxinol nos traz uma performance teatralizada e se inclui no grupo com suas histórias e gargalhadas altas. Na psicose, esse significante que funcionaria como ancoragem é foracluído e a consequência é o aprisionamento do sujeito nos fenômenos de linguagem que observamos na escuta de psicóticos. O que se pode concluir a partir daí é que, se por um lado há também na psicose a busca pela droga, essa busca terá uma função diferenciada em se tratando de sujeitos que se estruturam dessa forma.

As denegações para com o público estudado estão relacionadas à forma como a estrutura ficcional do direito e o senso comum dele remonta as decisões e seus objetivos. Sendo o direito autoreferencial, não se pode esperar que ele exercesse um papel democrático, no sentido de carnavalizar os saberes e levar em conta a singularidade do caso a caso. Para tanto, a psicanálise, na tentativa de realizar uma interlocução com esse campo de saber, propõe-se a discussões e aproximações no que tange a importância que o lugar lógico ficcional pode ter com o louco infrator da lei. As experiências do PAI-PJ e do PAI-PAC, nos ensinam que essas articulações podem ser muito bem vindas.

A sociedade disciplinar a que os corpos foram submetidos e o desenvolvimento da biopolítica deixa marcas importantes na construção de um modo de vida na contemporaneidade. O público estudado nessa pesquisa nos aponta para uma fixação desses corpos em ajustes sociais muitas vezes mortificantes.

O conceito de carnavalização dos conceitos introduzido por Warat pôde nos instruir sobre a necessidade de abriremos mão de conceitos e modos de operar vigentes, possibilitando uma abertura ao novo e, portanto, novas formas de lidar com as questões concernentes a essa seara de saber.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: 2000.

ASSIS, M. **O alienista**. São Paulo: Editora Ática, 2010.

BARROS-BRISSET, Fernanda Otoni. Genealogia do conceito de periculosidade. Responsabilidades. **Revista interdisciplinar do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário do TJMG**, Belo Horizonte, 2011, n. 1, vol.1.

BARROS-BRISSET, F. O. Desinserção fundamental e laço social. **Revista aSEPHallus**, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011.

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. Ed. Ebooks Brasil, 2001.

BENTHAM, Jeremy. **Panopticon; or, the Inspection-House**. T. Payne, London, 1791.

BÍBLIA. Português. **Revista e Corrigida**. São Paulo: Sociedade bíblica do Brasil, 1969.

BRASIL. **Código Penal**. Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Portaria MS/GM nº 94, de 14 de janeiro de 2014. Institui o serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2014. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0094\\_14\\_01\\_2014.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0094_14_01_2014.html). Acesso em: 12 mai. 2015.

CARVALHO, P. B. M. "História" da inimizabilidade criminal do doente mental: Foucault e a genealogia da loucura. **Revista de Direito e Psicanálise**, v. 2, p. 93, 2009.

DESCARTES, R. (1635/1955) "Discurso do método para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências", in VALÉRY, P. **O pensamento vivo de Descartes**. São Paulo: Martins Fontes.

FIGUEIREDO, A. C. (2004) A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, 7(1). São Paulo: Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental.

FOUCAULT, M. **A história da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.** 3ªED. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Ditos & escritos.** Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Vol. I Rio de Janeiro:Forense Universitária, 1999.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da clínica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes , 2000, 23ªED.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas.** Nau Editora, 2002.

FREUD, S. Além do princípio do prazer. **Obras completas de Sigmund Freud;** vol. 14. trad. Dr. J.P. Porto. Rio de Janeiro: Delta, s.d.

\_\_\_\_\_. Mal-estar na civilização. **Obras completas de Sigmund Freud;** vol. 18. trad. Dr. J.P. Porto. Rio de Janeiro: Delta, s.d.

\_\_\_\_\_. O ego e o id. **Obras completas de Sigmund Freud;** vol. 19. trad. Dr. J.P. Porto. Rio de Janeiro: Delta, s.d.

\_\_\_\_\_. Totem e tabu. In: **Obras completas de Sigmund Freud;** vol. 11 trad. Dr. J.P. Porto. Rio de Janeiro: Delta, s.d. ano

GEREZ-AMBERTÍN, M. **As vozes do Supereu:** na clínica psicanalítica e no mal-estar na civilização. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2009.

\_\_\_\_\_. **Dívidas, Culpas e Sacrifícios.** Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2010.

KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 203p.

LACAN, J. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1966.

\_\_\_\_\_. O Seminário. Livro 3. **As Psicoses.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. O Seminário, livro 5. **As formações do inconsciente.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. O Seminário, livro 11, **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1985.

\_\_\_\_\_. O seminário. Livro 17, **O avesso da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. (Trabalho original publicado em 1970)

\_\_\_\_\_. O seminário. Livro 20. **Mais, ainda.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. (Trabalho original publicado em 1975)

NASIO, Juan-David. **Édipo**: o complexo do qual nenhuma criança escapa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

OLIVEIRA, Paula Coutinho de. **Uso de drogas e psicose**: um impasse para a psicanálise. Rio de Janeiro 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ROSA, P.O. **Drogras e a Governamentalidade neoliberal**: uma genealogia da Redução de Danos, Rio de Janeiro: E

VIGANÒ, C. A construção do caso clínico em saúde mental. **Curinga**, v.13. Belo Horizonte: EBP-MG, 1999. p.50-59.

WARAT Luis Alberto. **A ciência jurídica e seus dois maridos**. Santa Cruz do Sul: Editora USC, 2000.